

## SUMÁRIO

|  |   |
|--|---|
| PRÓLOGO DA 25ª EDIÇÃO – PAZ AMBIENTAL..... | 7 |
|--|---|

### **TÍTULO I – DIREITO AMBIENTAL – INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS**

#### **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. Nomenclatura da disciplina jurídica .....</b> | <b>55</b> |
| <b>2. Conceito de “Direito Ambiental” .....</b>     | <b>56</b> |
| <b>3. Conceito de “meio ambiente” na legislação</b> |           |
| 3.1 Legislação federal .....                        | 59        |
| 3.2 Legislação dos Estados .....                    | 59        |

#### **CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL .....** **61** |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. Princípio do direito ao meio ambiente equilibrado .....</b>                              | <b>62</b> |
| <b>2. Princípio do direito à sadia qualidade de vida .....</b>                                 | <b>65</b> |
| <b>3. Princípio da sustentabilidade</b>  |           |
| 3.1 Conceito de sustentabilidade .....   | 67        |
| 3.2 Conceito de desenvolvimento .....  | 68        |
| 3.3 Conceito de desenvolvimento sustentável .....  | 70        |
| 3.4 Desenvolvimento sustentável nos Acordos e nas Conferências Internacionais .....            | 71        |
| 3.5 O desenvolvimento sustentável na jurisprudência internacional .....                        | 81        |
| 3.6 O desenvolvimento sustentável em diversas abordagens .....                                 | 83        |
| 3.7 Desenvolvimento sustentável na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) ..... | 87        |
| <b>4. Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais</b>                                 |           |
| 4.1 O acesso aos recursos naturais .....   | 88        |
| 4.2 A equidade no acesso aos recursos naturais .....   | 89        |
| 4.3 A equidade no acesso aos recursos naturais e as futuras gerações .....                     | 90        |
| 4.4 O acesso aos recursos naturais, as convenções internacionais e os Direitos nacionais ..... | 90        |

|  |     |
|--|-----|
| <b>5. Princípios usuário-pagador e poluidor-pagador</b>  |     |
| 5.1 Conceito dos princípios .....  | 91  |
| 5.2 A compensação ambiental e o princípio usuário-pagador .....  | 94  |
| <b>6. Princípio da precaução</b>   |     |
| 6.1 A introdução do princípio da precaução no Direito Ambiental .....  | 96  |
| 6.2 Princípio da precaução na Declaração do Rio de Janeiro/1992 .....  | 97  |
| 6.3 O Brasil e o princípio da precaução nas convenções internacionais.....   | 99  |
| 6.4 O princípio da precaução na jurisprudência .....   | 100 |
| 6.5 O princípio da precaução no Direito Comparado .....  | 103 |
| 6.6 O princípio de controle do risco instaurado pela Constituição do Brasil:<br>uma maior amplitude do princípio da precaução .....  | 107 |
| 6.7 Características do princípio da precaução .....  | 109 |
| 6.8 Elementos psicossociais do princípio da precaução .....  | 113 |
| 6.9 Legislação introdutória do princípio da precaução e os princípios cons-<br>titucionais da Administração Pública brasileira ..... | 117 |
| 6.10 A inversão do ônus da prova .....   | 119 |
| 6.11 O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e a aplicação do princípio da<br>precaução: diagnóstico do risco ambiental .....           | 122 |
| <b>7. Princípio da prevenção</b> .....   | 125 |
| <b>8. Princípio da reparação</b> .....   | 128 |
| <b>9. Princípio da informação</b> .....  | 130 |
| <b>10. Princípio da participação</b>   |     |
| 10.1 Introdução .....  | 130 |
| 10.2 Organizações não governamentais-ONGS .....  | 135 |
| 10.3 Participação na formação das decisões administrativas .....   | 138 |
| 10.4 Participação nos recursos administrativos e nos julgamentos adminis-<br>trativos .....  | 139 |
| 10.5 Participação no século XXI e instituição do plebiscito ambiental .....  | 139 |
| 10.6 Participação nas ações judiciais ambientais .....   | 140 |
| <b>11. Princípio da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público</b> .....  | 142 |
| 11.1 As Constituições Nacionais e a intervenção dos Estados .....  | 142 |
| 11.2 Função gestora dos Estados: meio ambiente como bem de uso comum<br>do povo .....  | 144 |
| 11.3 Novas ideias de gestão ambiental: eficiência e prestação de contas ...  | 145 |
| 11.4 Governança ambiental .....  | 145 |
| <b>12. Princípio da não regressão ambiental</b>  |     |
| 12.1 Conceito do princípio da não regressão ambiental e direito comparado ...  | 147 |
| 12.2 O conceito do princípio da não regressão ambiental e direito brasileiro ...   | 148 |
| 12.3 Princípio da não regressão ambiental e direito internacional.....   | 150 |

## **TÍTULO II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE**

### **CAPÍTULO I – COMPETÊNCIA AMBIENTAL DA UNIÃO E DOS ESTADOS**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Direito estrangeiro</b> .....                                 | 151 |
| 1.1 Espanha .....   | 151 |
| 1.2 Bélgica .....   | 152 |
| <b>2. Direito brasileiro e Comparado</b>                            |     |
| 2.1 Introdução .....  | 153 |
| 2.2 Uma nova concepção de federalismo .....                         | 153 |
| 2.3 A norma geral como limite da legislação federal ambiental ..... | 154 |
| 2.4 Competência suplementar dos Estados em matéria ambiental .....  | 155 |
| 2.5 MERCOSUL e cooperação ambiental .....                           | 156 |

### **CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Introdução</b> .....  | 158 |
| <b>2. Afirmação de um direito ao meio ambiente</b>  |     |
| 2.1 Direito subjetivo e direito de titularidade coletiva .....  | 159 |
| 2.2 O Supremo Tribunal Federal e o conceito do “direito ao meio ambiente” .....   | 161 |
| 2.3 Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado .....   | 162 |
| 2.4 Direito ao meio ambiente como bem de uso comum do povo .....  | 162 |
| 2.5 Direito ao meio ambiente como bem essencial à sadia qualidade de vida .....   | 163 |
| <b>3. O Poder Público, a coletividade e a responsabilidade ambiental entre gerações</b>   |     |
| 3.1 O Poder Público, a coletividade e o meio ambiente .....   | 164 |
| 3.2 As presentes e futuras gerações – A responsabilidade ambiental entre gerações .....   | 166 |
| <b>4. Direito à ação judicial: ação popular ambiental e ação civil pública ambiental</b> .....  | 168 |
| 4.1 A ação popular ambiental na Constituição .....  | 168 |
| 4.2 A ação civil pública ambiental na Constituição e o Ministério Público.....  | 170 |
| <b>5. As espécies, os ecossistemas e o patrimônio genético</b>  |     |
| 5.1 Do dever do Poder Público de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas ..... | 171 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.2 <i>Do dever do Poder Público de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético</i> ..... | 172 |
| <b>6. O risco ambiental</b> .....  | 174 |
| <b>7. Interdição das práticas que submetam os animais a crueldade</b> .....  | 175 |
| <b>8. A valorização da prevenção através do Estudo Prévio de Impacto Ambiental-EPIA</b> .....  | 178 |
| 8.1 <i>Caráter prévio do Estudo de Impacto Ambiental-EIA</i> .....   | 178 |
| 8.2 <i>Significativa degradação do meio ambiente</i> .....   | 179 |
| 8.3 <i>O Estudo deve ser exigido “sem qualquer exceção”</i> .....  | 179 |
| 8.4 <i>O EPIA, o direito à informação e a internet</i> .....   | 180 |
| <b>9. As áreas protegidas</b>  |     |
| 9.1 <i>A alteração e a supressão dos espaços protegidos somente através de lei</i> .....   | 181 |
| 9.2 <i>Proibição de qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam a proteção dos espaços territoriais</i> .....  | 184 |
| 9.3 <i>Áreas protegidas e patrimônio nacional</i> .....  | 185 |
| <b>10. O controle da energia nuclear</b> .....   | 186 |
| <b>11. A obrigação de reparar o dano ambiental</b> .....   | 187 |
| <b>12. O direito à educação ambiental</b> .....  | 188 |
| <b>13. A liberdade da atividade econômica, o meio ambiente e o desenvolvimento</b>   |     |
| 13.1 <i>Os princípios da atividade econômica brasileira</i> .....  | 189 |
| 13.2 <i>Desenvolvimento ambiental e desenvolvimento sustentado</i> .....   | 190 |
| 13.3 <i>A função social da propriedade e o meio ambiente</i> .....   | 191 |
| <b>14. Outras Constituições</b> .....  | 192 |

### **TÍTULO III – COMPETÊNCIA AMBIENTAL COMUM E SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

#### **Capítulo I – COMPETÊNCIA AMBIENTAL COMUM NA LEI COMPLEMENTAR 140/2011**

##### **1. A lei complementar e a competência comum**

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 1.1 <i>Lei Complementar</i> .....  | 194 |
| 1.2 <i>Competência comum</i> ..... | 195 |

##### **2. Objetivos da Lei Complementar 140, de 8.12.2011**

|  |     |
|--|-----|
| 2.1 <i>Introdução</i> .....  | 196 |
| 2.2 <i>Evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos</i> ..... | 197 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>3. Distribuição de competências por matérias</b> .....   | 197 |
| <b>4. Repartição do licenciamento ambiental na Lei Complementar 140/2011</b>  |     |
| 4.1 União .....   | 200 |
| 4.2 Estados .....   | 201 |
| 4.3 Municípios .....  | 201 |
| <b>5. Inconstitucionalidade da previsão de licenças ambientais através de “tipologia” estabelecida pelo Poder Executivo. Posicionamento da Constituição no art. 170</b> ..... | 202 |
| <b>6. Conclusão</b> .....   | 205 |

## **CAPÍTULO II – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. A colegialidade nos órgãos ambientais</b> .....  | 206 |
| <b>2. Competência dos organismos colegiados ambientais brasileiros</b>   |     |
| 2.1 Conselho de Governo .....  | 207 |
| 2.2 Os Conselhos ambientais do Ministério do Meio Ambiente .....   | 208 |
| 2.3 Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos: a ilegalidade da ausência do controle social ..... | 213 |
| <b>3. Composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA</b> .....  | 215 |
| <b>4. O meio ambiente na Administração Federal</b>   |     |
| 4.1 Ministério do Meio Ambiente .....  | 216 |
| 4.2 A transversalidade do tema “meio ambiente” nos Ministérios .....   | 217 |
| 4.3 O quadro funcional da Administração ambiental .....  | 218 |
| 4.4 IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis .....                                 | 220 |
| 4.5 O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade .....  | 223 |

## **TÍTULO IV – INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

### **CAPÍTULO I – NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Ação administrativa no tempo</b> ..... | 224 |
| <b>2. Direito à publicidade ambiental</b>    |     |
| 2.1 Objetivos .....                          | 225 |
| 2.2 Experiência estrangeira .....            | 227 |
| 2.3 Experiência brasileira .....             | 228 |
| <b>3. Direito à informação ambiental</b>     |     |
| 3.1 Introdução .....                         | 231 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.2 <i>Lei sobre acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades do SISNAMA</i> ..... | 233 |
| 3.3 <i>Inovação a introduzir</i> .....   | 241 |
| <b>4. Fase conciliatória</b> .....   | 241 |

## **CAPÍTULO II – ZONEAMENTO AMBIENTAL**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Zoneamento e desenvolvimento planejado</b> .....                        | 243 |
| <b>2. Zoneamento ambiental e segurança nacional</b> .....                     | 245 |
| <b>3. Zoneamento ambiental na experiência estrangeira</b> .....               | 246 |
| <b>4. Zoneamento, urbanismo e poluição</b> .....                              | 247 |
| <b>5. Elaboração do zoneamento: participação do público</b>                   |     |
| 5.1 <i>Experiência estrangeira</i> .....                                      | 248 |
| 5.2 <i>Experiência brasileira</i> .....                                       | 250 |
| <b>6. Elaboração do zoneamento municipal</b> .....                            | 252 |
| <b>7. Zoneamento ambiental, direito adquirido, revogação e anulação</b> ..... | 252 |
| <b>8. Zoneamento ambiental e direito de propriedade</b> .....                 | 255 |

## **CAPÍTULO III – ZONEAMENTO INDUSTRIAL NAS ÁREAS CRÍTICAS DE POLUIÇÃO**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Introdução</b> .....  | 258 |
| <b>2. Proposta da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente: Estudo de Impacto</b> ..... | 259 |
| <b>3. Campo de incidência das disposições legais</b> .....                                      | 260 |
| <b>4. Esquema de zoneamento urbano e sua criação por lei</b> .....                              | 260 |
| <b>5. O Município e as regiões metropolitanas</b> .....   | 261 |
| <b>6. Os Estados e o zoneamento industrial</b> .....  | 262 |
| <b>7. A União e a implantação de zonas industriais</b> .....                                    | 263 |
| <b>8. Critérios para estabelecer os padrões ambientais</b> .....                                | 264 |
| <b>9. As zonas instituídas pela lei</b>   |     |
| 9.1 <i>A implantação da zona e a vigência da lei</i> .....                                      | 265 |
| 9.2 <i>Características das zonas industriais</i> .....  | 266 |
| <b>10. Relocalização de indústrias poluidoras</b> .....   | 268 |

## **CAPÍTULO IV – ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Previsão na Constituição Federal</b> .....              | 270 |
| <b>2. Previsão nas Constituições Estaduais</b> .....          | 270 |
| <b>3. Previsão em convenções e declarações internacionais</b> |     |
| 3.1 <i>Convenção de Espoo</i> .....                           | 271 |
| 3.2 <i>Declaração do Rio de Janeiro/1992</i> .....            | 272 |

|   |            |
|---|------------|
| 3.3 O Estudo de Impacto Ambiental e a Corte Internacional de Justiça .....  | 273        |
| <b>4. Planejamento público – Redação dos atos administrativos federais e<br/>Estudo de Impacto Ambiental .....</b>  | <b>273</b> |
| <b>5. Financiamento de obras ou atividades e EPIA .....</b>   | <b>275</b> |
| <b>6. Função e natureza jurídica do EPIA .....</b>  | <b>276</b> |
| <b>7. Competência do CONAMA para estabelecer normas gerais sobre o Estudo<br/>de Impacto Ambiental .....</b>  | <b>277</b> |
| <b>8. Competência dos Estados e Municípios e Estudo de Impacto Am-<br/>biental .....</b>  | <b>277</b> |
| <b>9. Abrangência do Estudo de Impacto Ambiental</b>  |            |
| 9.1 Relação de atividades no Direito brasileiro e no Direito Comparado.....   | 278        |
| 9.2 Obrigatoriedade da exigência do Estudo de Impacto Ambiental nos<br>casos especificados na legislação brasileira .....   | 281        |
| 9.3 A avaliação estratégica ambiental: abrangência dos planos e dos pro-<br>gramas .....  | 283        |
| <b>10. Conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental</b>  |            |
| 10.1 Estudo de Impacto Ambiental-EPIA e Relatório de Impacto Ambien-<br>tal-RIMA .....  | 283        |
| 10.2 Área de influência do projeto .....  | 284        |
| 10.3 Planos e programas governamentais – Zoneamento ambiental .....   | 285        |
| 10.4 Alternativas .....   | 286        |
| 10.5 Descrição inicial do local .....   | 288        |
| 10.6 Identificação e avaliação dos impactos ambientais do projeto .....   | 288        |
| 10.7 Medidas para corrigir os impactos ambientais desfavoráveis .....   | 290        |
| 10.8 Impactos desfavoráveis e previsão no orçamento .....   | 291        |
| 10.9 Medidas compensatórias .....   | 291        |
| 10.10 Medidas preventivas de riscos maiores e catástrofes .....   | 294        |
| 10.11 Distribuição dos ônus e benefícios sociais do projeto .....   | 295        |
| 10.12 Análise do desenvolvimento sustentado .....   | 296        |
| 10.13 Análise jurídica do projeto .....   | 297        |
| <b>11. O proponente do projeto ou empreendedor .....</b>  | <b>298</b> |
| <b>12. Os consultores do estudo e a responsabilidade civil e penal do em-<br/>preendedor: o art. 69-A da Lei 9.605/1998 (nova redação: Lei<br/>11.284/2006) .....</b> | <b>298</b> |
| <b>13. Publicidade e participação do público .....</b>  | <b>302</b> |
| 13.1 Pedido do proponente do projeto e comunicação pela imprensa .....  | 304        |
| 13.2 Acesso ao EPIA/RIMA e sigilo .....   | 305        |
| 13.3 Fase de comentários .....  | 307        |
| 13.4 Audiência Pública .....  | 310        |

|   |     |
|---|-----|
| <i>13.5 A publicidade do Estudo Prévio de Impacto Ambiental pela Internet</i> .....             | 317 |
| <b>14. O órgão público ambiental e o EPIA</b>   |     |
| <i>14.1 Relação do órgão público com o proponente do projeto</i> .....                          | 317 |
| <i>14.2 Relação do órgão público ambiental com os técnicos habilitados</i> .....                | 318 |
| <i>14.3 Relação do órgão público ambiental com o público</i> .....                              | 318 |
| <i>14.4 Licença Prévia e EPIA</i> .....   | 319 |
| <i>14.5 O órgão público ambiental e os outros órgãos públicos no procedimento do EPIA</i> ..... | 319 |
| <i>14.6 A decisão do órgão público ambiental</i> .....  | 320 |
| <i>14.7 Responsabilidade criminal dos servidores públicos e EPIA</i> .....                      | 321 |
| <i>14.8 Indispensabilidade do EPIA e procedimentos preliminares</i> .....                       | 322 |
| <i>14.9 Dos prazos para os órgãos públicos ambientais</i> .....                                 | 323 |
| <b>15. Monitoramento e programa de acompanhamento</b> .....                                     | 324 |
| <b>16. As licitações e o EPIA</b> .....   | 326 |

## CAPÍTULO V – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

### I – DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA DA LEI

#### 13.874/2019 E O NÃO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Princípios da Lei 13.874/2019</b> .....  | 330 |
| <b>2. Declaração de direitos de liberdade econômica da Lei 13.874/2019 e o não licenciamento ambiental</b> ..... | 331 |

### II – LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A LEI COMPLEMENTAR 140/2011

#### 1. Conceito de licenciamento ambiental

|   |     |
|---|-----|
| <i>1.1 O conceito e os princípios do licenciamento ambiental</i> .....                  | 331 |
| <i>1.2 Abrangência do licenciamento ambiental e o estudo de impacto ambiental</i> ..... | 332 |
| <i>1.3 O licenciamento na redação do art. 10 da Lei 6.938/1981</i> .....                | 332 |
| <i>1.4 Licença, autorização e licenciamento ambiental</i> .....                         | 333 |

#### 2. O licenciamento ambiental, a Lei Complementar 140/2011, como norma geral, e a competência suplementar dos Estados .....

#### 3. Instituição do licenciamento ambiental por um único ente federativo, pela Lei Complementar 140/2011 .....

|  |     |
|--|-----|
| <i>3.1 A unicidade do licenciamento não pode ser um dogma</i> .....                | 335 |
| <i>3.2 Licenciamento ambiental e eficiência</i> .....                              | 335 |
| <i>3.3 O licenciamento único e as gerações futuras</i> .....                       | 336 |
| <i>3.4 Ação cooperadora dos entes federativos no licenciamento ambiental</i> ..... | 336 |

#### 4. Licenciamento ambiental supletivo

|  |     |
|--|-----|
| <i>4.1 Introdução</i> .....  | 337 |
| <i>4.2 Licença ambiental supletiva em caso de inexistência de órgão ambiental</i> .... | 338 |



|  |            |
|--|------------|
| 4.3 Licença ambiental supletiva por inércia do órgão ambiental .....   | 339        |
| <b>5. O licenciamento ambiental e os prazos .....</b>  | <b>339</b> |
| 5.1 Fixação de prazo para o processo de licenciamento ambiental .....  | 339        |
| 5.2 Complementação de informações, suspensão do processo e prazo .....   | 340        |
| 5.3 Inexistência do dever de emissão de licença por decurso de prazo .....   | 340        |
| 5.4 Renovação das licenças ambientais e efeitos de sua solicitação .....   | 341        |
| <b>6. A complementação de informações pelo empreendedor, o órgão ambiental e a manifestação da sociedade .....</b>                                     | <b>341</b> |
| <b>7. Poder fiscalizador dos entes federativos .....</b>   | <b>342</b> |
| 7.1 O auto de infração ambiental e a instauração de processo para apuração de infrações .....  | 342        |
| 7.2 Comunicação de infração ambiental por qualquer pessoa .....  | 343        |
| 7.3 Situações de emergência ou de dano ambiental e poder de polícia ambiental .....  | 343        |
| <b>III – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES</b>   |            |
| <b>1. Licenciamento ambiental e imparcialidade: pela instauração de um novo órgão decisório .....</b>  | <b>344</b> |
| <b>2. Licenciamento ambiental estadual e legislação federal .....</b>  | <b>345</b> |
| <b>3. Licenciamento ambiental e zoneamento ambiental .....</b>   | <b>346</b> |
| <b>4. Licenciamento ambiental e padrões de qualidade .....</b>   | <b>346</b> |
| <b>5. Licenciamento ambiental e normas de emissão .....</b>  | <b>347</b> |
| <b>6. Licenciamento ambiental: prazo de validade, decadência e revogação ...</b>   | <b>348</b> |
| <b>7. Licenciamento ambiental e financiamento por instituições oficiais .....</b>  | <b>349</b> |
| <b>8. Tipos de licenciamento ambiental .....</b>   | <b>350</b> |
| <b>9. Licenciamento ambiental e controle da poluição. Tecnologia apropriada ...</b>  | <b>351</b> |
| <b>10. Licenciamento ambiental e unidade do licenciamento .....</b>  | <b>352</b> |
| <b>11. Licenciamento ambiental e crime – Descumprimento das normas legais e regulamentares .....</b>   | <b>353</b> |
| <b>12. Dos funcionários públicos e dos crimes contra a Administração ambiental .....</b>   | <b>355</b> |
| <b>13. Do crime de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental .....</b>  | <b>357</b> |
| <b>14. Do crime de impedir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público .....</b>   | <b>358</b> |
| <b>15. O licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais .....</b> | <b>358</b> |

|  |     |
|--|-----|
| <b>16. O licenciamento ambiental de petróleo, gás natural e amianto</b>  |     |
| 16.1 Extração, industrialização, exploração e produção de petróleo e de gás natural – A Agência Nacional de Petróleo-ANP ..... | 359 |
| 16.2 Extração, industrialização, comércio e transporte de asbesto/amianto.....   | 361 |
| <b>17. Licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários</b>   |     |
| 17.1 O sentido das etapas de eficiência no tratamento de esgotos .....   | 363 |
| 17.2 Da capacidade de pagamento dos usuários .....   | 364 |
| 17.3 Do procedimento simplificado de licenciamento .....   | 365 |
| <b>18. Licenciamento ambiental e irrigação</b> .....   | 365 |
| 18.1 Fixação de prazos para o licenciamento ambiental e irrigação .....  | 366 |
| 18.2 Licença ambiental concedida por etapas do projeto de irrigação .....  | 366 |

## CAPÍTULO VI – AUDITORIA AMBIENTAL

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Nomenclatura</b> .....  | 368 |
| <b>2. Conceito de auditoria ambiental</b> .....                             | 368 |
| <b>3. A auditoria ambiental e o desenvolvimento sustentável</b> .....       | 370 |
| <b>4. Abrangência da auditoria</b> .....                                    | 371 |
| <b>5. Conteúdo da auditoria ambiental</b>                                   |     |
| 5.1 Direito brasileiro .....  | 371 |
| 5.2 Direito Comparado .....   | 373 |
| <b>6. Estudo de Impacto Ambiental-EIA e auditoria ambiental</b> .....       | 374 |
| <b>7. Licenciamento ambiental e auditoria ambiental</b> .....               | 375 |
| <b>8. Monitoramento e auditoria ambiental</b> .....                         | 375 |
| <b>9. Inspeção e auditoria ambiental</b> .....                              | 376 |
| <b>10. O órgão público ambiental e a auditoria</b> .....                    | 377 |
| <b>11. Auditor ambiental</b>  |     |
| 11.1 Conceito de auditor .....  | 377 |
| 11.2 Capacitação do auditor .....   | 377 |
| 11.3 A independência dos auditores.....                                     | 378 |
| 11.4 Responsabilidade dos auditores .....                                   | 379 |
| <b>12. Periodicidade da auditoria ambiental</b> .....                       | 380 |
| <b>13. Documentação da auditoria ambiental</b> .....                        | 380 |
| <b>14. Publicidade e/ou confidencialidade da auditoria ambiental</b> .....  | 381 |
| <b>15. A auditoria ambiental e as organizações não governamentais</b> ..... | 382 |
| <b>16. Ação civil pública e auditoria ambiental</b> .....                   | 382 |
| <b>17. Auditoria florestal</b> .....  | 383 |
| <b>18. Auditoria cívica</b> .....   | 383 |

**CAPÍTULO VII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Introdução</b> .....   | 385 |
| <b>2. Multa</b>  |     |
| 2.1 Introdução .....   | 387 |
| 2.2 O dolo e a negligência na multa simples .....  | 388 |
| 2.3 As multas e a reparação do dano .....  | 389 |
| <b>3. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e/ou perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito</b> ..... | 390 |
| <b>4. Suspensão das atividades</b> .....   | 390 |
| 4.1 Suspensão de atividades licenciadas .....  | 390 |
| 4.2 Suspensão de atividades não autorizadas .....  | 391 |
| <b>5. Sanções administrativas ambientais em nível federal</b> .....  | 391 |
| 5.1 Apreensão .....  | 392 |
| 5.2 Apresamento de embarcação .....  | 393 |
| 5.3 Caducidade de autorização de pesquisa .....  | 394 |
| 5.4 Cancelamento do registro .....   | 394 |
| 5.5 Demolição de obra .....  | 394 |
| 5.6 Embargo .....  | 395 |
| 5.7 Interdição .....   | 395 |
| 5.8 Multa .....  | 396 |
| <b>6. Poder de polícia ambiental</b>   |     |
| 6.1 Conceito .....   | 397 |
| 6.2 Quem pode exercer o poder de polícia ambiental .....   | 398 |
| 6.3 Contra quem pode ser exercido o poder de polícia ambiental .....   | 399 |

**CAPÍTULO VIII – FINANCIAMENTO E MEIO AMBIENTE**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Financiamento e meio ambiente</b> .....   | 401 |
| <b>2. Conselho Monetário Nacional</b> .....   | 401 |
| <b>3. Banco Central do Brasil</b> .....   | 402 |
| <b>4. Responsabilidade socioambiental das instituições financeiras e o Conselho Monetário Nacional</b>  |     |
| 4.1 Introdução .....  | 403 |
| 4.2 Obrigação de estabelecer e implementar a Política de Responsabilidade Socioambiental/PRSA: os princípios da relevância e da proporcionalidade ..... | 404 |
| 4.3 Formulação da Política de Responsabilidade Socioambiental/PRSA.....   | 405 |
| 4.4 Definição de risco socioambiental .....   | 406 |
| 4.5 A governança e a responsabilidade socioambiental .....  | 407 |
| 4.6 Gerenciamento do risco socioambiental .....   | 408 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.7 Responsabilidade compartilhada .....                               | 409 |
| 5. As instituições financeiras públicas e as normas do CONAMA .....    | 410 |
| 6. As instituições financiadoras e a prevenção do dano ambiental ..... | 411 |
| 7. A ação civil pública e o controle judicial dos financiamentos ..... | 412 |

**TÍTULO V – RESPONSABILIDADE CIVIL,  
REPARAÇÃO DO DANO ECOLÓGICO  
E MEIOS PROCESSUAIS PARA A DEFESA AMBIENTAL**

**CAPÍTULO I – RESPONSABILIDADE CIVIL E REPARAÇÃO DO DANO  
ECOLÓGICO**

|   |     |
|---|-----|
| 1. Histórico da utilização do termo “responsável” .....   | 414 |
| 2. Conceito de dano ecológico   |     |
| 2.1 Direito Comparado .....   | 416 |
| 2.2 Direito brasileiro .....  | 418 |
| 3. Responsabilidade civil ambiental sem culpa – Direito brasileiro                                      |     |
| 3.1 Introdução .....  | 418 |
| 3.2 Dimensão da responsabilidade ambiental sem culpa .....  | 420 |
| 4. A responsabilidade civil sem culpa no Código Civil de 2002 .....                                     | 422 |
| 4.1 Primeiro tipo de responsabilidade civil sem culpa (art. 927, parágrafo único, do CC) .....          | 422 |
| 4.2 Segundo tipo de responsabilidade civil sem culpa (art. 927, parágrafo único, do CC) .....           | 423 |
| 5. Jurisprudência do STJ sobre responsabilidade civil ambiental e ausência de nexo de causalidade ..... | 426 |
| 6. Relação de causalidade e Direito Comparado .....   | 427 |
| 7. O Código de Processo Civil/2015, a inversão do ônus da prova e a Súmula 618 do STJ .....             | 431 |
| 8. Responsabilidade civil ambiental sem culpa – Direito Comparado .....                                 | 435 |
| 9. Responsabilidade de prevenir .....   | 437 |
| 10. Dano residual, licença e corresponsabilidade do órgão público ambiental .....                       | 438 |
| 11. Obrigação de restauração, reparação e recuperação do meio ambiente .....                            | 441 |
| 12. Prevenir e restaurar: obrigações não antagônicas .....  | 443 |
| 13. Restauração ou reparação do prejuízo ecológico: Corte de Cassação da França .....                   | 444 |
| 14. Responsabilidade civil e licenciamento ambiental .....  | 446 |
| 15. Responsabilidade civil, caso fortuito e força maior .....   | 447 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>16. Reparação do dano ecológico e seguro</b> .....   | 449 |
| <b>17. Fundo para a reparação do dano ecológico</b> .....   | 451 |
| <b>CAPÍTULO II – MEIOS PROCESSUAIS PARA A DEFESA AMBIENTAL</b> .....  | 452 |
| <b>1. Ação popular</b> .....  | 453 |
| <b>2. A participação do Ministério Público: promoção das medidas necessárias para a garantia dos direitos ambientais, inquérito civil, as recomendações do Ministério Público e o compromisso de ajustamento de conduta</b> |     |
| 2.1 <i>Promoção das medidas necessárias para a garantia dos direitos ambientais</i> .....   | 454 |
| 2.2 <i>O inquérito civil</i> .....  | 454 |
| 2.3 <i>As recomendações do Ministério Público</i> .....   | 457 |
| 2.4 <i>O compromisso de ajustamento da conduta</i> .....  | 457 |
| <b>3. Ação civil pública</b> .....  | 460 |
| 3.1 <i>Conceito e objetivos</i> .....   | 461 |
| 3.2 <i>Autores da ação civil pública</i> .....  | 461 |
| 3.3 <i>O Ministério Público na ação civil pública</i> .....   | 462 |
| 3.4 <i>Condenação em dinheiro e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos</i> ....   | 463 |

**TÍTULO VI – MUNICÍPIO**  
**– URBANISMO E MEIO AMBIENTE**

|  |     |
|--|-----|
| <b>CAPÍTULO I – MUNICÍPIO E MEIO AMBIENTE – ASPECTOS JURÍDICOS</b>   |     |
| <b>1. A União e o Município</b> .....  | 465 |
| <b>2. Repartição das competências</b> .....  | 467 |
| <b>3. Interesse local do Município e sistema de competências</b> .....   | 468 |
| <b>4. O Poder Judiciário e a repartição de competências</b> .....  | 470 |
| <b>5. Plebiscito, referendo e iniciativa popular e atuação dos munícipes no meio ambiente</b> .....                                  | 471 |
| <b>6. O Município e a aplicação das legislações federal e estadual ambientais</b> ....   | 472 |
| <b>7. A ordem urbanística</b> .....  | 472 |
| <b>8. Procedimentos administrativos e intervenção do Município</b>   |     |
| 8.1 <i>Plano diretor e Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)</i> .....  | 473 |
| 8.2 <i>Declaração de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental – Procedimentos de prevenção do dano ambiental</i> ..... | 478 |

|  |            |
|--|------------|
| 8.3 Autorização ambiental municipal: publicidade e auditoria .....             | 480        |
| 8.4 Sanção municipal ambiental .....   | 484        |
| <b>9. Município e aspectos setoriais do meio ambiente</b>                      |            |
| 9.1 Águas .....  | 484        |
| 9.2 Agrotóxicos .....  | 485        |
| 9.3 Áreas verdes e praças .....  | 486        |
| 9.4 Atmosfera .....  | 487        |
| 9.5 Cultura – Proteção de bens e valores culturais através do tombamento ..... | 488        |
| 9.6 Fauna e zoológicos municipais .....  | 488        |
| 9.7 Flora .....  | 490        |
| 9.8 Atividades nucleares .....   | 490        |
| 9.9 Rejeitos .....   | 491        |
| 9.10 Ruído .....   | 492        |
| 9.11 Tráfego .....   | 493        |
| 9.12 Esgoto sanitário .....  | 494        |
| <b>10. Município e defesa do meio ambiente em juízo .....</b>                  | <b>494</b> |

## **CAPÍTULO II – PARCELAMENTO DO SOLO URBANO**

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. Exigências urbanísticas obrigatórias para toda a Nação .....</b>  | <b>496</b> |
| <b>2. A autonomia municipal e as normas urbanísticas federais .....</b>   | <b>497</b> |
| <b>3. Conceitos de loteamento e de desmembramento .....</b>   | <b>499</b> |
| <b>4. Exigências fundamentais para a admissão do parcelamento .....</b>   | <b>500</b> |
| <b>5. A intervenção dos organismos estaduais encarregados da preservação do meio ambiente e a aprovação dos loteamentos .....</b> | <b>502</b> |
| <b>6. Novos requisitos urbanísticos para o loteamento: a melhoria da qualidade de vida .....</b>                                  | <b>505</b> |
| <b>7. Fixação das diretrizes pelas Prefeituras Municipais ou pelo Distrito Federal .....</b>                                      | <b>509</b> |
| <b>8. Execução de obras pelo loteador – Intervenção do Ministério Público e ação da Prefeitura Municipal .....</b>                | <b>510</b> |
| <b>9. Publicidade do procedimento .....</b>   | <b>511</b> |
| <b>10. Impugnação e ação judicial contra a aprovação e o registro do loteamento .....</b>   | <b>512</b> |

## **CAPÍTULO III – PROTEÇÃO DAS PRAÇAS E DOS ESPAÇOS LIVRES**

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. Conceito e função das praças .....</b>                                    | <b>514</b> |
| <b>2. Defesa da saúde – Uma das funções da praça e dos espaços livres .....</b> | <b>515</b> |
| <b>3. A praça – Bem de uso comum do povo .....</b>                              | <b>515</b> |

|   |     |
|---|-----|
| <i>4. As praças e a legislação de parcelamento do solo urbano</i> .....                             | 517 |
| <i>5. A praça e sua destinação</i> .....  | 518 |
| <i>6. Prevalência do interesse “uso comum do povo” sobre outros interesses</i> ....                 | 521 |
| <i>7. Ministério Público, associações ambientais e cidadãos na defesa judicial das praças</i> ..... | 523 |
| <i>8. O Poder Judiciário e a defesa das praças e dos espaços livres</i> .....                       | 524 |

## **TÍTULO VII – RECURSOS HÍDRICOS E SEGURANÇA DE BARRAGENS**

### **CAPÍTULO I – RECURSOS HÍDRICOS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos</b> .....  | 526 |
| 1.1 <i>Água como bem de domínio público</i> .....  | 527 |
| 1.2 <i>Direito à água – Direito humano fundamental</i> .....   | 533 |
| 1.3 <i>A água como um bem de valor econômico</i> .....   | 537 |
| 1.4 <i>A escassez de água, a linha de prioridade e a possibilidade de suspensão da outorga</i> .....                                   | 538 |
| 1.5 <i>Uso múltiplo das águas</i> .....  | 541 |
| 1.6 <i>A bacia hidrográfica</i> .....  | 542 |
| 1.7 <i>Gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos</i> .....  | 546 |
| 1.8 <i>Transposição de águas</i> .....   | 548 |
| <b>2. Dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos</b>  |     |
| 2.1 <i>As águas e o desenvolvimento sustentável</i> .....  | 551 |
| 2.2 <i>Prevenção das enchentes</i> .....   | 553 |
| <b>3. Das diretrizes gerais de ação</b> .....  | 553 |
| <b>4. Dos Planos de Recursos Hídricos</b>  |     |
| 4.1 <i>Conceito, prazo de vigência e órgãos competentes</i> .....  | 554 |
| 4.2 <i>Abrangência: plano de bacia hidrográfica, dos Estados e do País</i> .....   | 555 |
| 4.3 <i>Conteúdo</i> .....  | 557 |
| 4.4 <i>Plano de Recursos Hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos</i> .....  | 559 |
| 4.5 <i>Plano de Recursos Hídricos e cobrança do uso de recursos hídricos</i> ...   | 559 |
| 4.6 <i>Plano de Recursos Hídricos e plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos</i> ..... | 559 |
| 4.7 <i>Plano de Recursos Hídricos e licenciamento ambiental</i> .....  | 560 |
| 4.8 <i>Plano de Recursos Hídricos, publicidade e Audiência Pública</i> .....   | 561 |
| 4.9 <i>Plano de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Irrigação</i> .....  | 561 |

|  |            |
|--|------------|
| 4.10 Plano de Recursos Hídricos, planejamento e zoneamento ambiental .....                         | 562        |
| <b>5. Enquadramento dos corpos de água e competência para classificação das águas .....</b>        | <b>562</b> |
| <b>6. Outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos</b>  |            |
| 6.1 Conceito .....   | 564        |
| 6.2 Abrangência da outorga de uso das águas .....  | 567        |
| 6.3 Outorga e reserva hídrica .....  | 568        |
| 6.4 Outorga dos direitos de uso da água e Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....                 | 570        |
| 6.5 Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental .....               | 571        |
| 6.6 Objetivos da outorga, vinculação, discricionariedade e ônus da prova do requerente .....       | 572        |
| 6.7 Publicidade do procedimento de outorga e direito à informação .....                            | 574        |
| 6.8 Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e dever de fiscalizar ....                    | 575        |
| 6.9 Condições constantes da outorga dos direitos de uso das águas e cobrança do uso .....          | 575        |
| 6.10 Suspensão da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos .....                           | 576        |
| 6.11 Outorga do direito de uso das águas e aproveitamento dos potenciais hidrelétricos .....       | 577        |
| 6.12 Outorga de direitos de uso das águas e lançamento de esgotos .....                            | 579        |
| 6.13 Não exigibilidade da outorga dos direitos de uso das águas .....                              | 579        |
| 6.14 Infrações relativas à outorga .....   | 580        |
| 6.15 Sistema integrado de outorgas .....   | 581        |
| 6.16 Delegação da outorga .....  | 581        |
| <b>7. Cobrança do uso de recursos hídricos</b>   |            |
| 7.1 Finalidade .....   | 582        |
| 7.2 Cobrança pelo uso de recursos hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos ..... | 584        |
| 7.3 Cobrança pelo uso de recursos hídricos pelas concessionárias de energia elétrica .....         | 585        |
| 7.4 Fixação dos valores a serem cobrados .....   | 586        |
| 7.5 As receitas da cobrança nos rios de domínio da União e a Conta Única do Tesouro Nacional ..... | 587        |
| 7.6 Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos .....           | 587        |
| 7.7 Cobrança pelo uso de recursos hídricos e existência de Plano de Recursos Hídricos .....        | 590        |
| 7.8 Natureza jurídica dos valores arrecadados pelo uso dos recursos hídricos .....                 | 590        |



|   |     |
|---|-----|
| <b>8. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos</b> .....  | 591 |
| <b>9. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos</b> .....  | 593 |
| <b>10. Conselho Nacional de Recursos Hídricos</b>   |     |
| 10.1 Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....   | 594 |
| 10.2 Competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....  | 595 |
| <b>11. A Agência Nacional de Águas-ANA</b>  |     |
| 11.1 Introdução .....   | 599 |
| 11.2 Competência da Agência Nacional de Águas-ANA .....   | 601 |
| 11.3 A Agência Nacional de Águas-ANA e o contrato de gestão .....   | 603 |
| 11.4 A aplicação das receitas pela entidade delegatária .....   | 605 |
| 11.5 Transferência das receitas de cobrança para as entidades delegatárias ...                                      | 606 |
| 11.6 A avaliação das entidades delegatárias .....   | 607 |
| 11.7 Responsabilização no caso de malversação das receitas e dos bens ...   | 607 |
| <b>12. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos</b> .....   | 609 |
| <b>13. Comitês de Bacia Hidrográfica</b> .....  | 610 |
| 13.1 Diferentes tipos de Comitês .....  | 610 |
| 13.2 Área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica .....  | 611 |
| 13.3 Instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio<br>da União .....                             | 612 |
| 13.4 Composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica .....   | 613 |
| 13.5 Competência dos Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domí-<br>nio da União .....                         | 617 |
| 13.6 Autonomia dos Comitês de Bacia Hidrográfica e intervenção do Con-<br>selho Nacional de Recursos Hídricos ..... | 620 |
| 13.7 Os Comitês de Bacia Hidrográfica e as entidades delegatárias .....   | 620 |
| <b>14. As Agências de Água</b>  |     |
| 14.1 Introdução .....   | 622 |
| 14.2 Agências de Água, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos<br>Hídricos e autonomia dos Estados .....      | 623 |
| 14.3 Agências de Água e o planejamento .....  | 623 |
| 14.4 Agências de Água e a informação .....  | 623 |
| 14.5 Agências de Água e atividade financeira .....  | 624 |
| 14.6 Controle da atividade financeira das Agências de Água .....  | 624 |
| 14.7 A substituição das Agências de Água .....  | 625 |
| <b>15. Organizações civis de recursos hídricos</b>  |     |
| 15.1 Conceito e tipos de organização .....  | 628 |
| 15.2 As organizações civis de recursos hídricos não devem ter fins lucra-<br>tivos .....                            | 630 |
| <b>Capítulo II – SEGURANÇA DE BARRAGENS – LEI 12.334/2010</b> .....   | 632 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Introdução</b> .....   | 632 |
| <b>2. Abrangência da tutela legal</b> .....  | 632 |
| <b>3. Conceituação de “barragem” e de “reservatório”</b> .....                                   | 633 |
| <b>4. Segurança de barragem e dano potencial</b>   |     |
| 4.1 Conceito de “segurança de barragem” .....  | 633 |
| 4.2 Conceito de “dano potencial associado à barragem” .....                                      | 634 |
| <b>5. Classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado</b> ..... | 634 |
| <b>6. Plano de Segurança de Barragem</b> .....   | 635 |
| <b>7. Inspeção de segurança</b> .....  | 635 |
| <b>8. Plano de Ação de Emergência-PAE</b> .....  | 636 |
| <b>9. Fiscalização da segurança das barragens</b> .....  | 637 |
| <b>10. Do empreendedor</b> .....   | 638 |

## **TÍTULO VIII – ASPECTOS JURÍDICOS DA POLUIÇÃO**

### **CAPÍTULO I – CONCEITO DE “POLUIÇÃO”**

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Legislação federal</b> .....     | 640 |
| <b>2. Legislação dos Estados</b> ..... | 641 |

### **CAPÍTULO II – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS PENAIS**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Legislação estrangeira</b> .....  | 643 |
| <b>2. Legislação brasileira: comentários ao art. 38 da Lei das Contravenções Penais</b> |     |
| 2.1 Provocar emissão .....  | 645 |
| 2.2 Emissão abusiva .....   | 645 |
| 2.3 “Fumaça, vapor ou gás” .....  | 646 |

### **CAPÍTULO III – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E CIVIS**

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Experiência estrangeira</b> .....                    | 649 |
| 1.1 Estados Unidos .....                                   | 649 |
| 1.2 Alemanha .....   | 651 |
| 1.3 Japão .....  | 652 |
| 1.4 França .....   | 653 |
| <b>2. Legislação brasileira e fixação de padrões</b> ..... | 654 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>3. Lei 8.723, de 28.10.1993, dispondo sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores</b> |     |
| 3.1 Destinatários da lei .....  | 657 |
| 3.2 Abrangência .....   | 657 |
| 3.3 Cronograma de implementação para os fabricantes de veículos .....   | 657 |
| 3.4 Licença para uso da configuração de veículos ou motor .....   | 658 |
| 3.5 A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis e o cronograma de implementação .....              | 659 |
| 3.6 Serviços de diagnóstico, regulagem de motores e sistemas de controle de emissões .....                    | 661 |
| 3.7 Monitoramento da qualidade do ar .....  | 661 |
| <b>4. Proteção da camada de ozônio</b> .....  | 662 |
| <b>5. Aquecimento global: Convenção do Clima e Conferências das Partes</b>                                    |     |
| 5.1 Introdução .....  | 664 |
| 5.2 Conferência das Partes-COP 3, em Kyoto/1997 – Instituição do Protocolo de Kyoto .....                     | 665 |
| 5.3 Conferência das Partes-COP 13, em Bali/2007 .....   | 666 |
| 5.4 Conferência das Partes-COP 15, em Copenhague/2009 .....   | 667 |
| 5.5 Conferência das Partes-COP 16, em Cancun/2010 .....   | 668 |
| 5.6 Conferência das Partes-COP 17, em Durban/ 2011 .....  | 668 |
| 5.7 Conferência das Partes-COP 18, Doha/2012 .....  | 669 |
| 5.8 Conferência das Partes-COP 19, Varsóvia/2013 .....  | 669 |
| 5.9 Conferência das Partes-COP 20, Lima/2014 .....  | 670 |
| 5.10 Acordo Climático entre Estados Unidos e China/2014 .....   | 670 |
| 5.11 Conferência das Partes-COP 21 – Acordo de Paris .....  | 671 |
| <b>6. Poluição do ar pela queimada da palha de cana-de-açúcar</b> .....                                       | 674 |
| <b>7. Poluição pela fumaça do tabaco</b> .....  | 676 |
| <b>8. Bhopal – Uma das mais graves poluições atmosféricas do mundo</b> .....                                  | 677 |

## CAPÍTULO IV – POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS

### I – LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Introdução geral</b> .....                         | 681 |
| <b>1. Princípios</b>                                  |     |
| 1.1 Introdução .....                                  | 681 |
| 1.2 Princípio da prevenção .....                      | 682 |
| 1.3 Princípio da precaução .....                      | 682 |
| 1.4 Princípio poluidor-pagador .....                  | 682 |
| 1.5 Princípio da responsabilidade compartilhada ..... | 683 |
| 1.6 Princípio da cooperação .....                     | 684 |

|  |     |
|--|-----|
| 1.7 Princípio do protetor-recebedor .....  | 684 |
| 1.8 Princípio da visão sistêmica .....   | 685 |
| 1.9 Princípio do desenvolvimento sustentável .....   | 686 |
| 1.10 Princípio da ecoeficiência .....  | 686 |
| 1.11 Princípio do reconhecimento do valor do resíduo sólido reutilizável<br>e reciclável .....   | 686 |
| 1.12 Princípio do respeito às diversidades locais e regionais .....  | 688 |
| 1.13 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....  | 689 |
| 1.14 Princípio do direito da sociedade à informação .....  | 690 |
| 1.15 Princípio do direito da sociedade ao controle social .....  | 691 |
| <b>2. Objetivos da lei</b> .....   | 692 |
| 2.1 Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental .....   | 692 |
| 2.2 A não geração de resíduo – Objetivo caracterizador da lei .....  | 692 |
| 2.3 Valorização do catador – Figura humana maior na Lei 12.305 .....   | 693 |
| 2.4 Dos outros objetivos .....   | 695 |
| 2.5 Diferenciação entre geração de resíduos e gestão. O tratamento consti-<br>tucional diferenciado conforme o impacto ambiental ..... | 696 |
| <b>3. Classificação dos resíduos</b>   |     |
| 3.1 Diferença entre resíduo sólido e rejeito .....   | 696 |
| 3.2 Os resíduos sólidos, segundo sua origem e sua periculosidade .....   | 697 |
| <b>4. Organismos microrregionais, consórcios intermunicipais e gestão de<br/>resíduos</b>  |     |
| 4.1 Conceito de microrregião .....   | 698 |
| 4.2 Acesso aos recursos da União .....   | 698 |
| 4.3 Conceito de solução consorciada intermunicipal .....   | 699 |
| <b>5. Intervenção dos Estados e dos Municípios na gestão dos resíduos<br/>sólidos</b>  |     |
| 5.1 Estados .....  | 699 |
| 5.2 Municípios e Distrito Federal .....  | 700 |
| <b>6. Responsabilidade compartilhada</b>   |     |
| 6.1 Conceito .....   | 701 |
| 6.2 Obrigações dos responsáveis .....  | 702 |
| <b>7. Sistema de logística reversa</b>   |     |
| 7.1 Conceito .....   | 703 |
| 7.2 Impedimento de o serviço público operar gratuitamente o sistema de<br>logística reversa .....                                      | 704 |
| 7.3 Atividades abrangidas pelo sistema de logística reversa e implementa-<br>ção do sistema .....                                      | 704 |
| 7.4 Medidas de implementação e operacionalização do sistema de logís-<br>tica reversa .....  | 705 |

**8. As informações na Lei 12.305**

|  |     |
|--|-----|
| 8.1 Introdução .....   | 708 |
| 8.2 A informação como instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos ..... | 708 |
| 8.3 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos, informação e crime .....         | 709 |

**9. Planos de resíduos sólidos**

|   |     |
|---|-----|
| 9.1 Introdução .....  | 709 |
| 9.2 Plano Nacional de Resíduos Sólidos .....                        | 711 |
| 9.3 Planos estaduais de resíduos sólidos .....                      | 712 |
| 9.4 Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos ..... | 712 |
| 9.5 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos .....                | 715 |

**10. Responsabilidade civil e resíduos sólidos** ..... 718**11. Licenciamento ambiental e resíduos sólidos** ..... 718

## 11.1 Papel dos Estados no licenciamento ambiental ..... 718

## 11.2 O plano de gerenciamento de resíduos sólidos e o licenciamento ..... 718

**12. Proibições na Lei 12.305/2010** ..... 719**13. Sanções administrativas e penais concernentes aos resíduos sólidos**

## 13.1 Punição administrativa ..... 720

## 13.2 Punição penal ..... 720

**II – FORMAS DE DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

## 1. Depósito a céu aberto ..... 721

## 2. Depósito em aterro sanitário ..... 722

## 3. Incineração ..... 723

## 4. Transformação do resíduo sólido em composto ..... 724

## 5. Reciclagem e recuperação de energia ..... 724

**III – SANEAMENTO BÁSICO**

## 1. Plano de saneamento básico de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos ..... 725

## 2. Da prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico ..... 726

## 3. Dos aspectos econômicos e sociais do saneamento básico ..... 726

**CAPÍTULO V – POLUIÇÃO POR RESÍDUOS E REJEITOS PERIGOSOS**

## 1. Conceito de “resíduo perigoso” ..... 729

## 2. Tratamento do rejeito no lugar em que ele foi gerado ..... 731

3. O registro como forma de gestão e controle dos rejeitos perigosos  
– Tutela penal e administrativa ..... 733

## 4. O manifesto como forma de controle dos rejeitos perigosos ..... 734

## 5. Zoneamento e condições dos locais aptos para a eliminação dos rejeitos perigosos ..... 735

|  |     |
|--|-----|
| <b>6. Das obrigações das pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos</b> .....               | 736 |
| 6.1 Cadastramento .....  | 736 |
| 6.2 Plano de resíduos perigosos .....  | 736 |
| 6.3 Obrigações das pessoas que operam com resíduos perigosos .....                                   | 737 |
| 6.4 Responsabilidade penal concernente à informação e gestão dos resíduos perigosos .....            | 737 |
| <b>7. Licenciamento ambiental e resíduos perigosos</b> .....   |     |
| 7.1 Licenciamento ambiental e capacidade técnica e econômica .....                                   | 738 |
| 7.2 Licenciamento ambiental e seguro .....   | 739 |
| 7.3 Licenciamento ambiental no Direito Comparado .....   | 739 |
| <b>8. Responsabilidade pelos danos ambientais e rejeitos perigosos</b> .....                         | 742 |
| <b>9. Movimento transfronteiriço de rejeitos perigosos e Direito Internacional e Comparado</b> ..... | 743 |
| <b>10. Movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e o Direito brasileiro</b> .....             | 747 |

## CAPÍTULO VI – AS ÁREAS CONTAMINADAS

### 1. Uso do solo

|  |     |
|--|-----|
| 1.1 Entrelaçamento dos direitos constitucional, civil e ambiental no uso social da propriedade ..... | 749 |
| 1.2 A Lei 12.651/2012 e a proteção do solo .....   | 750 |
| 1.3 A Lei de Parcelamento do Solo Urbano e a proteção do solo .....                                  | 750 |
| 1.4 Decisão do Corregedor-Geral da Justiça de São Paulo e Parecer dos Juizes Auxiliares/2006 .....   | 750 |
| 1.5 A Lei paulista 13.577/2009 e o uso sustentável do solo .....                                     | 751 |
| <b>2. Áreas Pré-Contaminadas e Áreas Contaminadas</b> .....  | 751 |
| 2.1 Áreas Pré-Contaminadas .....   | 752 |
| 2.2 Áreas Contaminadas .....   | 753 |
| <b>3. Área Remediada para o Uso Declarado</b> .....  |     |
| 3.1 Conceito de Área Remediada para o Uso Declarado .....  | 769 |
| 3.2 A noção de uso declarado .....   | 769 |
| 3.3 Obrigações do responsável legal pela Área Contaminada .....                                      | 770 |
| 3.4 Obrigações do órgão público ambiental .....  | 771 |
| <b>4. Desativação de empreendimentos potencialmente geradores de contaminação</b> .....              | 774 |
| <b>5. Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas-FEPRAC</b> .....              | 774 |
| <b>6. Conclusão</b> .....  | 775 |

**CAPÍTULO VII – POLUIÇÃO POR AGROTÓXICOS**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Agrotóxicos – Constituição Federal e Constituições Estaduais</b> .....  | 776 |
| <b>2. Conceito de “agrotóxicos”, seus componentes e afins</b> .....   | 777 |
| <b>3. Das competências administrativas</b>  |     |
| 3.1 Competências dos Ministérios .....  | 778 |
| 3.2 O IBAMA e os agrotóxicos .....  | 779 |
| 3.3 Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos .....   | 780 |
| <b>4. Registro de agrotóxicos</b>   |     |
| 4.1 Conceito .....  | 781 |
| 4.2 Competência para registrar o agrotóxico .....   | 781 |
| 4.3 Avaliação técnico-científica e registro .....   | 782 |
| 4.4 Publicidade prévia do pedido de registro .....  | 783 |
| 4.5 Direito à informação e procedimento de registro .....   | 784 |
| 4.6 Autorização para uso emergencial e necessidade de registro .....  | 785 |
| 4.7 Pedido de registro e ônus da prova do registrante .....   | 786 |
| 4.8 Condições para registro de agrotóxicos novos e com inovações .....  | 787 |
| 4.9 Registro de produto equivalente .....   | 789 |
| 4.10 Proibições de registro e informações e provas a serem apresentadas<br>pelo registrante .....                   | 790 |
| 4.11 Reavaliação do registro de agrotóxicos que têm como componentes<br>os organoclorados .....                     | 792 |
| 4.12 Reavaliação do registro. Auditoria ambiental e a legislação estadual<br>de agrotóxicos .....                   | 792 |
| 4.13 Organismos internacionais e registro .....   | 793 |
| 4.14 Registro. Embalagem e rótulo .....   | 794 |
| 4.15 Prazos de tramitação do procedimento de registro e inexistência de<br>registro por decurso do prazo .....      | 794 |
| 4.16 Decisão da Administração Pública no procedimento de registro e res-<br>ponsabilidade do servidor público ..... | 796 |
| 4.17 Análise do produto após o registro .....   | 797 |
| 4.18 Impugnação do registro .....   | 797 |
| 4.19 Infração administrativa pela ausência de registro .....  | 799 |
| 4.20 Ações judiciais e registro de agrotóxico .....   | 799 |
| <b>5. Registro especial para pesquisa e experimentação</b>  |     |
| 5.1 Conceito .....  | 800 |
| 5.2 Quem pode requerer registro especial .....  | 800 |
| 5.3 Responsabilidade da pesquisa e da experimentação .....  | 800 |
| 5.4 Órgãos competentes para conceder o registro especial .....  | 801 |
| 5.5 Os Estados e o registro especial .....  | 801 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.6 Destinação dos produtos agrícolas e dos restos de cultura – Responsabilidade civil e penal .....                         | 801 |
| 5.7 Estudo de Impacto Ambiental e localização de área para destinação final dos produtos agrícolas e restos de cultura ..... | 802 |
| 5.8 Controle da Administração sobre a pesquisa e experimentação com agrotóxicos .....  | 803 |
| <b>6. Produção de agrotóxicos</b>  |     |
| 6.1 Registro da empresa – Autorização .....  | 803 |
| 6.2 Competência para fiscalização .....  | 803 |
| <b>7. Importação de agrotóxicos</b>  |     |
| 7.1 Registro do agrotóxico .....   | 804 |
| 7.2 Registro da empresa .....  | 805 |
| 7.3 Restrições à importação e Constituições Estaduais .....  | 805 |
| 7.4 MERCOSUL e livre circulação de substâncias ativas e/ou suas formulações de produtos fitossanitários .....                | 805 |
| <b>8. Exportação</b> .....   | 806 |
| <b>9. Comercialização de agrotóxicos</b>   |     |
| 9.1 Conceito .....   | 807 |
| 9.2 Comercialização e obrigação da receita do produto .....  | 807 |
| 9.3 Exceção à necessidade de receita .....   | 808 |
| 9.4 Venda de agrotóxico a usuário – Necessidade de receita .....   | 808 |
| 9.5 Registro da empresa de comercialização – Sanções .....   | 809 |
| 9.6 Obrigação de conservar cópia da receita .....  | 810 |
| 9.7 Venda de agrotóxico e receituário .....  | 810 |
| <b>10. Transporte de agrotóxicos</b>   |     |
| 10.1 Agrotóxico: produto perigoso para transporte .....  | 810 |
| 10.2 Transporte de agrotóxico em embalagem apropriada .....  | 811 |
| 10.3 Proibições de transporte rodoviário – Responsabilidade pela carga .....   | 811 |
| 10.4 Receita e transporte de agrotóxico .....  | 812 |
| 10.5 Itinerário do veículo transportador de agrotóxico .....   | 813 |
| 10.6 Procedimentos em caso de emergência, acidente ou avaria – Responsabilidade civil .....                                  | 813 |
| 10.7 Responsabilidade penal e transporte de agrotóxico .....   | 814 |
| <b>11. Usuário de agrotóxicos</b>  |     |
| 11.1 Introdução .....  | 814 |
| 11.2 Responsabilidade civil do usuário de agrotóxico .....   | 815 |
| 11.3 Responsabilidade penal do usuário de agrotóxico .....   | 816 |
| <b>12. Prestador de serviço na aplicação de agrotóxico</b>   |     |
| 12.1 Conceito .....  | 817 |



|   |     |
|---|-----|
| 12.2 Registro do prestador de serviço .....   | 817 |
| 12.3 Obrigação de autocontrole na prestação de serviços .....   | 818 |
| 12.4 Responsabilidade civil do prestador de serviço .....   | 818 |
| 12.5 Responsabilidade penal do prestador de serviço .....   | 819 |
| <b>13. Empregador</b>   |     |
| 13.1 Das obrigações específicas do empregador .....   | 819 |
| 13.2 Responsabilidade penal do empregador .....   | 820 |
| <b>14. Análise global da responsabilidade civil na Lei de Agrotóxicos</b> .....                               | 821 |
| <b>15. Armazenagem de agrotóxicos</b> .....   | 822 |
| <b>16. Embalagens de agrotóxicos: deveres do usuário, das empresas produtoras e comercializadoras</b> .....   | 822 |
| 16.1 Do usuário de agrotóxicos, seus componentes e afins .....  | 823 |
| 16.2 As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins .....                | 824 |
| 16.3 Da destinação das embalagens .....   | 825 |
| <b>17. Receituário de agrotóxicos</b>   |     |
| 17.1 Conteúdo da receita – Legislação federal e estadual .....  | 826 |
| 17.2 Especificidade da receita e diagnóstico .....  | 827 |
| 17.3 Conteúdo da receita e manejo integrado de pragas .....   | 828 |
| 17.4 Conteúdo da receita: quantidade total de agrotóxico e dosagens de aplicação .....                        | 828 |
| 17.5 Conteúdo da receita: intervalo de segurança .....  | 829 |
| 17.6 Advertência quanto às precauções de uso, primeiros socorros e proteção ao meio ambiente .....            | 829 |
| 17.7 Receita – Armazenamento de agrotóxico e época de aplicação .....   | 830 |
| 17.8 Caráter público da receita .....   | 830 |
| 17.9 Responsabilidade civil do profissional .....   | 831 |
| 17.10 Responsabilidade penal do profissional .....  | 832 |
| <b>18. Controle de resíduos de agrotóxicos nos alimentos e a Agência de Vigilância Sanitária-ANVISA</b> ..... | 834 |

## CAPÍTULO VIII – POLUIÇÃO SONORA

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Conceito de “ruído”</b> .....                     | 835 |
| <b>2. Poluição sonora e avaliação fisiológica</b> ..... | 836 |
| <b>3. Efeitos do ruído</b> .....                        | 836 |
| <b>4. Normas de emissão e de imissão do som</b>         |     |
| 4.1 Direito Comparado .....                             | 837 |
| 4.2 A Resolução 1/1990-CONAMA .....                     | 839 |
| <b>5. Planejamento ambiental e zoneamento ambiental</b> |     |
| 5.1 Direito alemão .....                                | 840 |

|   |            |
|---|------------|
| 5.2 Direito norte-americano .....   | 841        |
| 5.3 Direito japonês .....   | 842        |
| 5.4 Direito brasileiro .....  | 842        |
| <b>6. Estudo de Impacto Ambiental e ruído .....</b>                                   | <b>843</b> |
| <b>7. Licenciamento ambiental e ruído .....</b>                                       | <b>844</b> |
| <b>8. Monitoramento e auditoria ambiental do ruído .....</b>                          | <b>845</b> |
| <b>9. Responsabilidade pelo ruído</b>   |            |
| 9.1 Responsabilidade pelos produtos.....  | 846        |
| 9.2 Responsabilidade pelo exercício de atividades e pela construção de<br>obras ..... | 850        |
| <b>10. Ação civil pública e ruído .....</b>   | <b>853</b> |

## **CAPÍTULO IX – EXPLORAÇÃO MINERAL**

### **1. Introdução**

|   |     |
|---|-----|
| 1.1 Impactos ambientais e mineração .....         | 854 |
| 1.2 Danos ambientais prováveis da mineração ..... | 854 |

### **2. Depósito mineral e/ou jazida – Lavra e lavra garimpeira**

|  |     |
|--|-----|
| 2.1 Conceito de “jazida” .....                           | 855 |
| 2.2 Conceito de “lavra” .....                            | 855 |
| 2.3 Conceito de “lavra garimpeira” ou “garimpagem” ..... | 855 |

### **3. A legislação ambiental – Impedimentos e/ou restrições da exploração mineral**

|  |     |
|--|-----|
| 3.1 A Constituição Federal e a vedação de exploração mineral ..... | 856 |
| 3.2 Parques nacionais, estaduais e municipais .....                | 856 |
| 3.3 Reservas biológicas .....                                      | 857 |
| 3.4 Estações ecológicas .....                                      | 857 |
| 3.5 Áreas de Proteção Ambiental-APAS .....                         | 858 |
| 3.6 Áreas tombadas .....   | 858 |
| 3.7 Áreas de Preservação Permanente .....                          | 859 |
| 3.8 Reservas Legais Florestais .....                               | 859 |
| 3.9 Cavidades naturais subterrâneas .....                          | 860 |

### **4. Competência para legislar sobre jazidas e minas e competência para legislar sobre o meio ambiente .....**

|       |     |
|-------|-----|
| ..... | 860 |
|-------|-----|

### **5. Princípios da precaução e do desenvolvimento sustentável – As empresas mineradoras e a Agência Nacional de Mineração-ANM**

|   |     |
|---|-----|
| 5.1 O princípio da precaução .....                  | 861 |
| 5.2 O princípio do desenvolvimento sustentado ..... | 862 |

### **6. A Agência Nacional de Mineração-ANM e suas competências .....**

|       |     |
|-------|-----|
| ..... | 862 |
|-------|-----|

### **7. Exploração mineral e deveres ambientais .....**

|       |     |
|-------|-----|
| ..... | 863 |
|-------|-----|

|   |     |
|---|-----|
| 7.1 Dever ambiental na pesquisa mineral .....   | 863 |
| 7.2 Dever ambiental do concessionário da lavra .....  | 866 |
| 7.3 Dever ambiental do permissionário da lavra garimpeira .....   | 866 |
| <b>8. Estudo de Impacto Ambiental e exploração mineral</b>  |     |
| 8.1 Introdução .....  | 866 |
| 8.2 EIA e a classe dos minerais .....   | 867 |
| <b>9. A ANM e o CONAMA – Necessidade de normas de automonitoramento, auditoria e inspeção – Dever de informar</b> ..... | 869 |
| <b>10. Licenciamento ambiental e autorização de pesquisa mineral</b> .....  | 870 |
| <b>11. Licenciamento ambiental e exploração mineral</b>   |     |
| 11.1 Análise do Decreto 97.507/1989 .....   | 871 |
| 11.2 Licenciamento ambiental de lavra garimpeira .....  | 872 |
| 11.3 Licença ambiental para exploração mineral – A Lei 7.805/1989 e a Lei 9.314/1996 .....                              | 872 |
| <b>12. Competência comum de registro, acompanhamento e fiscalização</b> .....   | 873 |
| <b>13. Crime e exploração mineral</b> .....   | 874 |
| <b>14. Sanções administrativas</b> .....  | 875 |
| <b>15. Dever de recuperar o meio ambiente degradado pela exploração de recursos minerais</b> .....                      | 876 |

## CAPÍTULO X – CRIMES AMBIENTAIS

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. Introdução</b> .....   | 879 |
| <b>2. Aplicação de penas restritivas de direitos às pessoas físicas</b>  |     |
| 2.1 Introdução .....   | 880 |
| 2.2 Prestação de serviços à comunidade .....   | 880 |
| 2.3 Interdição temporária de direitos .....  | 881 |
| 2.4 Suspensão parcial ou total de atividades .....   | 882 |
| 2.5 Prestação pecuniária .....   | 882 |
| 2.6 Recolhimento domiciliar .....  | 882 |
| <b>3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica</b>  |     |
| 3.1 Direito brasileiro .....   | 883 |
| 3.2 Responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito Comparado .....                                       | 893 |
| <b>4. Do crime de poluição</b> .....   | 898 |
| 4.1 Crimes contra o meio ambiente, leis e regulamentos .....   | 898 |
| 4.2 Crime de poluição .....  | 900 |
| 4.3 Criminalidade na exploração mineral .....  | 903 |
| 4.4 Produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde e criminalidade (art. 56 da Lei 9.605/1998) ..... | 907 |

|   |            |
|---|------------|
| 4.5 Disseminação de doenças, pragas e espécies .....        | 911        |
| <b>5. Juizado Especial Criminal e crime ambiental .....</b> | <b>912</b> |

**TÍTULO IX – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
– FLORESTAS, LEI DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E FAUNA  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO I – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989 .....</b> | <b>915</b> |
|--|------------|

**CAPÍTULO II – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
E O CÓDIGO FLORESTAL**

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. Introdução: os fundamentos da lei florestal brasileira .....</b>  | <b>918</b> |
| <b>2. Função social e privada da propriedade e as florestas .....</b>   | <b>919</b> |
| <b>3. Competência para legislar e controlar as florestas .....</b>  | <b>922</b> |
| <b>4. Área de Preservação Permanente-APP</b>  |            |
| 4.1 Conceito e características .....  | 922        |
| 4.2 Vegetação nativa e vegetação exótica na APP .....   | 924        |
| 4.3 Conteúdo e dimensionamento dos direitos individuais e APP .....   | 924        |
| 4.4 Tipos de Área de Preservação Permanente-APP .....   | 925        |
| <b>5. Recomposição da APP conforme a dimensão do imóvel rural em áreas consolidadas</b>                                 |            |
| 5.1 Áreas consolidadas .....  | 932        |
| 5.2 Recomposição florestal da APP e obrigação constitucional de reparar o dano .....                                    | 933        |
| 5.3 A recomposição da APP e as áreas dos imóveis (módulos fiscais) .....  | 934        |
| <b>6. Da medição das áreas marginais dos cursos de águas e os terrenos marginais: o engano da Lei 12.651/2012 .....</b> | <b>938</b> |
| <b>7. Regime jurídico das APPs .....</b>  | <b>939</b> |
| <b>8. APP, pequena propriedade rural e baixo impacto ambiental</b>  |            |
| 8.1 Conceito de pequena propriedade rural .....   | 940        |
| 8.2 A pequena propriedade rural e a supressão da vegetação na APP .....   | 941        |
| 8.3 Atividades que podem ser realizadas na APP de pequena propriedade rural familiar .....                              | 944        |
| <b>9. Programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente .....</b>                              | <b>948</b> |

**10. Tutela penal das APPS**

|   |     |
|---|-----|
| 10.1 O art. 38 da Lei 9.605/1998 – A destruição e a utilização da floresta considerada de preservação permanente .....  | 949 |
| 10.2 O art. 39 da Lei 9.605/1998 e o corte de árvores em floresta de preservação permanente .....   | 951 |
| 10.3 Extração de pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais da floresta considerada de preservação permanente e o crime do art. 44 da Lei 9.605/1998 ..... | 952 |
| 10.4 Impedimento da regeneração natural e a APP .....   | 953 |
| 10.5 Suspensão da punibilidade dos crimes .....   | 954 |
| <b>11. Conclusão</b> .....  | 955 |

**CAPÍTULO III – ÁREA DE RESERVA LEGAL**

|   |     |
|---|-----|
| <b>1. Funções da Área de Reserva Legal</b> .....  | 956 |
| <b>2. Delimitação da Reserva Legal</b>  |     |
| 2.1 Regra geral da delimitação .....  | 957 |
| 2.2 Alteração no percentual da Reserva Legal na Amazônia Legal .....                                  | 958 |
| <b>3. Inexigibilidade da Reserva Legal</b> .....  | 958 |
| <b>4. Localização da Reserva Legal</b>  |     |
| 4.1 Aprovação por órgão estadual integrante do SISNAMA e uso da Reserva Legal .....                   | 959 |
| 4.2 Estudos e critérios para a localização da Área de Reserva Legal .....                             | 960 |
| 4.3 Consequências da protocolização do pedido de aprovação da localização .....                       | 962 |
| 4.4 Cômputo da APP no cálculo do percentual da Reserva Legal .....                                    | 962 |
| <b>5. Manejo e uso da Área da Reserva Legal</b>   |     |
| 5.1 Conceito de manejo sustentável .....  | 963 |
| 5.2 Conceituação de vegetação nativa .....  | 964 |
| 5.3 Manejo sustentável da Reserva Legal com propósito comercial .....                                 | 964 |
| 5.4 Manejo sustentável da Reserva Legal sem propósito comercial .....                                 | 967 |
| 5.5 Liberdade na coleta de produtos florestais não madeireiros .....                                  | 968 |
| <b>6. O registro da Área de Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural-CAR</b>                         |     |
| 6.1 Cadastro Ambiental Rural-CAR .....  | 968 |
| 6.2 Registro da Área de Reserva Legal no CAR .....  | 969 |
| 6.3 A ausência de averbação como infração administrativa .....  | 969 |
| <b>7. Agricultura familiar e Área de Reserva Legal</b>  |     |
| 7.1 Introdução .....  | 970 |
| 7.2 Registro da Área de Reserva Legal e a pequena propriedade ou posse rural .....                    | 970 |
| 7.3 Vegetação da Reserva Legal da pequena propriedade ou posse rural.....                             | 971 |
| 7.4 Manejo sustentável para a exploração, sem propósito comercial, na pequena propriedade rural ..... | 971 |

|  |             |
|--|-------------|
| 7.5 Manejo sustentável para a exploração com propósito comercial e o dever de informação .....                   | 972         |
| <b>8. Das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal .....</b>   | <b>973</b>  |
| 8.1 Recomposição .....   | 973         |
| 8.2 Regeneração .....  | 974         |
| 8.3 Compensação .....  | 974         |
| <b>9. Programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente .....</b>                       | <b>975</b>  |
| <br>   |             |
| <b>CAPÍTULO IV – O BIOMA MATA ATLÂNTICA E A LEI 11.428/2006 .....</b>  | <b>978</b>  |
| <b>1. Área de abrangência e competência para legislar .....</b>  | <b>979</b>  |
| <b>2. Objetivos e princípios do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica .....</b>                                | <b>979</b>  |
| <b>3. Vegetação primária e vegetação secundária</b>  |             |
| 3.1 Conceituação .....   | 980         |
| 3.2 Regime da vedação de corte e supressão da vegetação primária e secundária .....                              | 982         |
| 3.3 Vegetação primária e secundária: utilidade pública, práticas preservacionistas e pesquisas científicas ..... | 983         |
| <b>4. Regras especiais no Bioma Mata Atlântica</b>   |             |
| 4.1 Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....   | 984         |
| 4.2 Novos empreendimentos .....  | 985         |
| 4.3 Compensação ambiental .....  | 986         |
| 4.4 Áreas urbanas e Regiões Metropolitanas .....   | 987         |
| <b>5. A proteção penal do Bioma Mata Atlântica .....</b>   | <b>988</b>  |
| <b>6. Conclusão .....</b>  | <b>989</b>  |
| <br>   |             |
| <b>CAPÍTULO V – FAUNA</b>  |             |
| <b>1. Conceito de fauna silvestre .....</b>  | <b>990</b>  |
| <b>2. Competência para legislar sobre fauna .....</b>  | <b>991</b>  |
| <b>3. A fauna e os modos de aquisição da propriedade móvel no Direito anterior .....</b>                         | <b>991</b>  |
| <b>4. A fauna silvestre como bem público .....</b>   | <b>993</b>  |
| <b>5. A caça</b>   |             |
| 5.1 A caça e a conservação da fauna silvestre .....  | 996         |
| 5.2 Modalidades de caça .....  | 999         |
| <b>6. A intervenção do Poder Público na caça .....</b>   | <b>1002</b> |
| <b>7. Avaliações preliminares para abertura da caça e Estudo de Impacto Ambiental .....</b>                      | <b>1002</b> |
| <b>8. Proibições específicas de caça .....</b>   | <b>1004</b> |
| <b>9. A caça e a propriedade privada .....</b>   | <b>1005</b> |
| <b>10. A caça e a destruição do habitat – Reparação de danos .....</b>   | <b>1006</b> |

|   |      |
|---|------|
| <b>11. Crimes contra a fauna</b> .....                                  | 1007 |
| <b>12. A Lei 11.794/2008: os animais desprotegidos</b>                  |      |
| 12.1 A Constituição Federal de 1988 e a proteção da vida dos animais .. | 1010 |
| 12.2 O crime do art. 32 da Lei 9.605/1998 .....                         | 1011 |
| 12.3 Lei 11.794, de 8.10.2008 .....                                     | 1011 |
| <b>13. Comércio da fauna silvestre</b>                                  |      |
| 13.1 Comércio ilegal .....  | 1016 |
| 13.2 Comércio legal .....   | 1020 |
| 13.3 Comércio internacional .....                                       | 1021 |

## **TÍTULO X – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

|   |      |
|---|------|
| <b>CAPÍTULO I – CONCEITUAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> .... | 1024 |
| <b>1. Unidades de Proteção Integral</b> .....                     | 1024 |
| <b>2. Unidades de Uso Sustentável</b> .....                       | 1025 |

## **CAPÍTULO II – ASPECTOS JURÍDICOS RELATIVOS ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

|  |      |
|--|------|
| <b>1. Procedimento de criação, de alteração e de supressão das unidades de conservação</b>                       |      |
| 1.1 Criação das unidades de conservação .....  | 1027 |
| 1.2 A desafetação da unidade de conservação e a modificação de seus limites ...                                  | 1028 |
| <b>2. Compensação do dano ambiental e unidades de conservação</b>  |      |
| 2.1 Compensação ambiental .....  | 1030 |
| 2.2 Obrigação do empreendedor de apoiar as unidades de proteção e o<br>Estudo de Impacto Ambiental .....         | 1030 |
| 2.3 Pagamento a ser efetuado pelo empreendedor .....   | 1031 |
| 2.4 Cálculo do pagamento a ser efetuado pelo empreendedor e sua relação<br>com o grau de impacto ambiental ..... | 1033 |
| 2.5 Sentido da expressão “implantação de empreendimentos”, do art. 36,<br>caput .....                            | 1034 |
| 2.6 Abrangência do dever jurídico de compensar na Lei 9.985/2000 .....   | 1036 |
| 2.7 Possibilidade de o empreendedor ser proprietário e mantenedor de uma<br>unidade de conservação .....         | 1038 |
| 2.8 Compensação e população tradicional .....  | 1038 |
| <b>3. Plano de Manejo e unidades de conservação</b>  |      |
| 3.1 Conceito .....   | 1039 |
| 3.2 Conteúdo do Plano de Manejo: parte vinculada e parte discricionária .....                                    | 1039 |

|  |             |
|--|-------------|
| 3.3 Plano de Manejo e participação pública .....   | 1040        |
| 3.4 Plano de Manejo, o Estudo de Impacto Ambiental e o princípio da precaução .....  | 1041        |
| 3.5 Plano de Manejo e defesa nacional .....  | 1042        |
| <b>4. Direito de propriedade, zonas de amortecimento e corredores ecológicos ...</b>   | <b>1044</b> |
| <b>5. Direitos e deveres da população tradicional das unidades de conservação</b>  |             |
| 5.1 Direitos da população tradicional .....  | 1047        |
| 5.2 Deveres da população tradicional .....   | 1049        |
| <b>6. A pesquisa científica nas unidades de conservação .....</b>  | <b>1050</b> |
| 6.1 Objetivos da pesquisa nas unidades de conservação .....  | 1050        |
| 6.2 A autorização para a pesquisa científica nas unidades de conservação ....  | 1050        |
| 6.3 Responsabilidade criminal dos pesquisadores e dos administradores das unidades de conservação .....                      | 1051        |
| <b>7. O acesso do público às unidades de conservação</b>   |             |
| 7.1 A regulamentação do acesso público .....   | 1052        |
| 7.2 Dos direitos dos visitantes e dos deveres do Poder Público e das pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado .....   | 1053        |
| <b>8. Da gestão das unidades de conservação</b>  |             |
| 8.1 O princípio da autonomia dos entes políticos federados e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza ..... | 1054        |
| 8.2 A gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC e os órgãos competentes .....                               | 1055        |
| 8.3 A gestão das unidades de conservação e os recursos financeiros .....   | 1056        |
| 8.4 A gestão das unidades de conservação e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) .....            | 1057        |
| <b>9. Proteção penal das unidades de conservação .....</b>   | <b>1062</b> |
| <b>10. As florestas públicas – Lei 11.284/2006 e as unidades de conservação</b>  |             |
| 10.1 Conceito .....  | 1063        |
| 10.2 Abrangência das florestas públicas .....  | 1063        |
| <b>11. Conclusão .....</b>   | <b>1064</b> |

## **TÍTULO XI – DANO NUCLEAR E REJEITOS RADIOATIVOS**

|   |             |
|---|-------------|
| <b>CAPÍTULO I – PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR – UMA DAS FACES DA RESPONSABILIDADE .....</b> | <b>1065</b> |
|---|-------------|

### **CAPÍTULO II – MEDIDAS PREVENTIVAS ESPECÍFICAS DO DANO NUCLEAR**

|                            |             |
|----------------------------|-------------|
| <b>1. Introdução .....</b> | <b>1069</b> |
|----------------------------|-------------|



|  |      |
|--|------|
| <b>2. Medição das radiações</b> .....  | 1069 |
| 2.1 Medida das radiações e controle da poluição nuclear pelos Estados e Municípios ..... | 1072 |
| <b>3. Notificação do público</b> .....   | 1072 |
| <b>4. Zoneamento da área adjacente à instalação nuclear</b>                              |      |
| 4.1 Experiência estrangeira .....  | 1073 |
| 4.2 Direito brasileiro .....   | 1075 |

|  |      |
|--|------|
| <b>CAPÍTULO III – DIREITO DE INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR E INTERVENÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b> ..... | 1080 |
|--|------|

**CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUCLEAR E PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR**

|  |      |
|--|------|
| <b>1. Experiência estrangeira</b>  |      |
| 1.1 Espanha .....  | 1083 |
| 1.2 França .....   | 1083 |
| 1.3 Estados Unidos da América .....  | 1084 |
| <b>2. Experiência brasileira</b>   |      |
| 2.1 Fiscalização e fomento da energia nuclear: atividades a serem se-<br>paradas .....   | 1086 |
| 2.2 Composição da CNEN – Necessidade de reformulação .....   | 1087 |
| 2.3 Poder de polícia nuclear: licenciamento e suspensão da licença .....   | 1087 |
| 2.4 Poder de polícia nuclear: autorização e suspensão da operação das<br>instalações nucleares .....   | 1088 |
| 2.5 Normas de segurança nuclear e de segurança radioativa .....  | 1089 |
| 2.6 O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear – Intervenção da União<br>e situação de emergência .....   | 1092 |
| 2.7 Medicina, Odontologia e radioproteção .....  | 1093 |
| 2.8 Atribuições da CNEN e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária con-<br>cernentes à radiação ionizante e a competência dos Estados e dos Mu-<br>nicípios ..... | 1098 |
| 2.9 Conclusões .....   | 1099 |

**CAPÍTULO V – REJEITOS RADIOATIVOS – LEI 10.308, DE 20.11.2001**

|  |      |
|--|------|
| <b>1. Introdução</b> .....   | 1101 |
| <b>2. Conceito de rejeito radioativo</b> .....   | 1102 |
| <b>3. Responsabilidade civil e rejeitos radioativos</b>  |      |
| 3.1 Responsabilidade civil sem culpa .....   | 1104 |
| 3.2 Responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente por re-<br>jeitos radioativos ..... | 1105 |

|  |      |
|--|------|
| <b>4. Tipos de depósitos de rejeitos radioativos</b> .....   | 1106 |
| 4.1 Depósitos provisórios .....  | 1106 |
| 4.2 Depósitos iniciais .....   | 1107 |
| 4.3 Depósitos intermediários e depósitos finais .....  | 1108 |
| <b>5. Seleção de locais para depósitos de rejeitos radioativos</b>   |      |
| 5.1 Seleção de locais para depósitos iniciais .....  | 1108 |
| 5.2 Seleção de depósitos intermediários e finais .....   | 1109 |
| 5.3 Seleção dos locais para depósitos e plano diretor dos Municípios .....   | 1110 |
| <b>6. Descomissionamento e fechamento dos depósitos de rejeitos radioativos</b>  |      |
| 6.1 Descomissionamento .....   | 1110 |
| 6.2 Fechamento do depósito radioativo .....  | 1111 |
| <b>7. Licença ambiental dos depósitos: controle indispensável</b> .....  | 1111 |
| <b>8. As proibições expressas na Lei 10.308/2001</b> .....   | 1112 |
| <b>9. Os Estados e os Municípios e os rejeitos radioativos</b> .....   | 1113 |
| 9.1 Os Estados e a responsabilidade pela guarda dos depósitos provisórios:<br>possível inconstitucionalidade .....   | 1113 |
| 9.2 Os Municípios e a compensação financeira pelos depósitos de rejeitos<br>radioativos .....  | 1114 |
| <b>10. Gestão dos rejeitos radioativos segundo a Convenção Comum sobre<br/>a Segurança do Combustível Usado e sobre a Segurança da Gestão<br/>dos Rejeitos Radioativos</b> ..... | 1115 |
| <b>11. A informação na gestão dos rejeitos radioativos</b> .....   | 1116 |
| 11.1 Informação na seleção dos locais para depósitos de rejeitos radioativos   | 1116 |
| 11.2 Informação durante a gestão dos depósitos de rejeitos radioativos...  | 1116 |
| 11.3 Informação anual ao Congresso Nacional .....  | 1117 |
| <b>12. A CNEN-Comissão Nacional de Energia Nuclear e seus poderes</b> .....  | 1117 |

## **TÍTULO XII – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA – ASPECTOS JURÍDICOS**

### **CAPÍTULO ÚNICO – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA – ASPECTOS JURÍDICOS**

|  |      |
|--|------|
| <b>1. Introdução</b> .....   | 1120 |
| <b>2. O litoral nas Constituições Estaduais de 1989</b> .....                                  | 1121 |
| 2.1 Áreas de Preservação Permanente litorâneas .....   | 1121 |
| 2.2 Autorização .....  | 1121 |
| 2.3 Autorização pelo órgão estadual competente e homologação pela Assembleia Legislativa ..... | 1122 |

|  |             |
|--|-------------|
| 2.4 Gerenciamento costeiro estadual obrigatório .....  | 1123        |
| 2.5 Obrigatoriedade de combater a poluição .....   | 1123        |
| 2.6 Comportamentos específicos .....   | 1123        |
| <b>3. Zona Costeira .....</b>  | <b>1124</b> |
| <b>4. Praias: conceito, uso e acesso</b>   |             |
| 4.1 Conceito .....   | 1127        |
| 4.2 Uso .....  | 1128        |
| 4.3 Acesso .....   | 1129        |
| <b>5. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e competência da União .....</b>   | <b>1130</b> |
| 5.1 Ausência de plano e utilização da Zona Costeira .....  | 1131        |
| 5.2 Planejamento e Zona Costeira .....   | 1131        |
| 5.3 Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Inovação da Lei 7.661/1988 – Conteúdo e elaboração do plano .....   | 1131        |
| <b>6. Relacionamento federal, estadual e municipal na gestão da Zona Costeira .....</b>  | <b>1133</b> |
| <b>7. Estudo de Impacto Ambiental na Zona Costeira .....</b>   | <b>1134</b> |
| <b>8. Licenciamento e sanção do descumprimento das condições da licença ....</b>   | <b>1135</b> |
| <b>9. Responsabilidade civil na Zona Costeira .....</b>  | <b>1135</b> |
| <b>10. Comunicação ao CONAMA das sentenças condenatórias e Ministério Público .....</b>  | <b>1136</b> |
| <b>11. Gestão de resíduos nos portos, instalações portuárias e plataformas e poluição causada por descarga de óleo ou de substâncias nocivas ou perigosas – A Lei 9.966/2000 .....</b> | <b>1136</b> |
| 11.1 Das obrigações ambientais e das infrações dos portos organizados, instalações portuárias e plataformas .....  | 1137        |
| 11.2 O risco e a classificação das substâncias nocivas ou perigosas .....  | 1141        |
| 11.3 Da descarga de óleo, substâncias nocivas e perigosas e lixo .....   | 1141        |
| <b>12. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Proteção do Meio Ambiente .....</b>  | <b>1143</b> |

**TÍTULO XIII – PATRIMÔNIO CULTURAL  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

**CAPÍTULO I – O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

|  |             |
|--|-------------|
| <b>1. Conceito de cultura .....</b>                                    | <b>1145</b> |
| <b>2. O patrimônio cultural nas Constituições Republicanas .....</b>   | <b>1146</b> |
| <b>3. O patrimônio cultural e a Constituição Federal de 1988 .....</b> | <b>1146</b> |

**4. Sistema Nacional de Cultura**

|   |             |
|---|-------------|
| 4.1. Metodologia do Sistema Nacional de Cultura .....                             | 1149        |
| 4.2 Instrumentos de gestão da cultura .....                                       | 1150        |
| <b>5. A proteção do patrimônio cultural e os Estados</b>                          |             |
| 5.1 Competência dos Conselhos Estaduais de Cultura .....                          | 1153        |
| 5.2 Composição dos Conselhos Estaduais de Cultura .....                           | 1154        |
| 5.3 Os Fundos Estaduais de Cultura .....  | 1155        |
| <b>6. O patrimônio cultural e ambiental no Direito Comparado .....</b>            | <b>1155</b> |
| <b>7. O patrimônio cultural e a partilha das competências constitucionais ...</b> | <b>1157</b> |
| <b>8. O patrimônio cultural e o Decreto-lei 25, de 30.II.1937 .....</b>           | <b>1157</b> |
| <b>9. O patrimônio natural e sua proteção conjunta com o patrimônio cul-</b>      |             |
| <b>tural .....</b>  | <b>1158</b> |
| <b>10. O Poder Público e as várias formas constitucionais de proteção do</b>      |             |
| <b>patrimônio cultural .....</b>  | <b>1159</b> |

**CAPÍTULO II – REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL**

|   |             |
|---|-------------|
| <b>1. Os livros do registro .....</b>   | <b>1160</b> |
| <b>2. Condições para o registro .....</b>                                       | <b>1160</b> |
| <b>3. Semelhanças e diferenças entre registro de bens culturais de natureza</b> |             |
| <b>imaterial e tombamento .....</b>   | <b>1162</b> |
| <b>4. Procedimento para a inscrição no registro federal de bens imateriais</b>  |             |
| 4.1 Dos que podem solicitar o registro .....                                    | 1163        |
| 4.2 Da instrução do pedido de registro .....                                    | 1164        |
| 4.3 Da atuação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural .....              | 1164        |
| <b>5. Título de “Patrimônio Cultural do Brasil”: concessão, duração e re-</b>   |             |
| <b>validação .....</b>  | <b>1164</b> |

**CAPÍTULO III – TOMBAMENTO****1. Histórico da legislação de tombamento**

|   |      |
|---|------|
| 1.1 Origem do termo “tombamento” .....                                    | 1166 |
| 1.2 O tombamento e sua introdução no Brasil .....                         | 1167 |
| 1.3 Introdução do tombamento na Constituição Federal de 1988 .....        | 1168 |
| <b>2. O tombamento nas Constituições Estaduais</b>                        |      |
| 2.1 Instituição do tombamento pelas Constituições Estaduais .....         | 1168 |
| 2.2 Proteção especial a etnias .....                                      | 1169 |
| 2.3 Alteração e/ou supressão da proteção .....                            | 1170 |
| 2.4 Criação de incentivos .....   | 1170 |
| <b>3. A divisão de competências constitucionais no caso do tombamento</b> |      |
| 3.1 Possibilidade de mais de um tombamento: a competência comum .....     | 1170 |

|  |      |
|--|------|
| 3.2 <i>As normas gerais sobre tombamento e a competência legislativa suplementar</i> .....   | 1172 |
| <b>4. Tombamento e o planejamento nacional, estadual e municipal: pela instituição de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural</b> ..... | 1173 |
| <b>5. Estrutura dos organismos administrativos de proteção do patrimônio</b>   |      |
| 5.1 <i>Histórico da gestão do patrimônio cultural</i> .....  | 1174 |
| 5.2 <i>O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN</i> .....  | 1175 |
| 5.3 <i>Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural</i> .....  | 1175 |
| <b>6. Espécies de tombamento</b> .....   | 1177 |
| <b>7. Instituição do tombamento: por lei e por ato do Poder Executivo</b>  |      |
| 7.1 <i>Instituição por lei</i> .....   | 1178 |
| 7.2 <i>Instituição por ato do Poder Executivo</i> .....  | 1179 |
| <b>8. Processo do tombamento</b> .....   | 1180 |
| <b>9. Tombamento provisório</b> .....  | 1182 |
| <b>10. A gestão dos bens tombados e a função cultural e social da propriedade</b>  |      |
| 10.1 <i>A propriedade e o Decreto-lei 25/1937</i> .....  | 1184 |
| 10.2 <i>A propriedade no Código Civil brasileiro de 2002 e o patrimônio cultural</i> .....   | 1185 |
| <b>11. A gestão dos bens tombados: deveres dos proprietários privados</b>  |      |
| 11.1 <i>Dever de comunicar a necessidade de reparar o bem tombado</i> .....  | 1186 |
| 11.2 <i>Dever de não destruir, demolir, deteriorar, mutilar ou inutilizar a coisa tombada</i> .....  | 1187 |
| 11.3 <i>Dever de solicitar ao Poder Público autorização para reparar, pintar ou restaurar</i> .....  | 1188 |
| 11.4 <i>Dever de solicitar autorização para a colocação de cartazes</i> .....  | 1190 |
| 11.5 <i>Dever de solicitar autorização para a saída da coisa tombada do País</i> ....  | 1190 |
| <b>12. A gestão dos bens tombados: direitos dos proprietários privados</b>   |      |
| 12.1 <i>Direito de usar a coisa tombada</i> .....  | 1191 |
| 12.2 <i>Direito de pedir o cancelamento do tombamento</i> .....  | 1191 |
| <b>13. Gratuidade no tombamento e a indenização dos proprietários privados</b> ...   | 1192 |
| 13.1 <i>Existência de prejuízo e confrontação dos direitos do proprietário privado e do órgão público</i> .....                            | 1193 |
| 13.2 <i>A singularidade e a generalidade das limitações sobre o bem tombado</i> ...  | 1194 |
| <b>14. Gestão dos bens públicos tombados</b> .....   | 1198 |
| <b>15. A vizinhança como área protegida</b> .....  | 1199 |
| <b>16. Crimes e patrimônio cultural</b> .....  | 1201 |
| <b>17. Informação, precaução e participação: por um novo sistema de gestão dos bens tombados</b> .....                                     | 1204 |
| 17.1 <i>Informação na gestão dos bens tombados</i> .....   | 1204 |
| 17.2 <i>O princípio da precaução na gestão dos bens tombados</i> .....   | 1205 |
| 17.3 <i>A participação na gestão dos bens tombados</i> .....   | 1205 |

|  |      |
|--|------|
| <b>18. Proteção internacional do patrimônio cultural e natural</b> |      |
| 18.1 Introdução .....  | 1206 |
| 18.2 Tombamento internacional? .....                               | 1207 |
| 18.3 Significado da inclusão na Lista do Patrimônio Mundial .....  | 1208 |

**TÍTULO XIV – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

**CAPÍTULO ÚNICO – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

|   |      |
|---|------|
| <b>1. Introdução</b> .....  | 1210 |
| <b>2. Riscos da Engenharia Genética</b> .....   | 1212 |
| <b>3. Utilização da Engenharia Genética</b> .....   | 1214 |
| <b>4. Antecedentes da legislação brasileira – Direito Comparado</b> .....   | 1215 |
| <b>5. Finalidade da Lei 11.105/2005</b> .....   | 1215 |
| <b>6. Abrangência da Lei 11.105/2005</b>  |      |
| 6.1 Atividades e projetos .....   | 1216 |
| 6.2 Exercício das atividades de Engenharia Genética somente por pessoas jurídicas .....   | 1217 |
| 6.3 Vedação do exercício da Engenharia Genética para as pessoas físicas – Duvidosa constitucionalidade .....  | 1217 |
| <b>7. Atividades não abrangidas pela Lei 11.105/2005</b> .....  | 1219 |
| <b>8. Competências constitucionais da União, dos Estados e dos Municípios com relação à Engenharia Genética</b> .....   | 1219 |
| <b>9. Proibições e comportamentos vinculados</b> .....  | 1221 |
| 9.1 Proibição da implementação de projeto relativo a OGM sem a manutenção de registro de seu acompanhamento individual (art. 6º, I, da Lei 11.105/2005) .....   | 1221 |
| 9.2 Proibição da prática de Engenharia Genética em organismo vivo ou do manejo “in vitro” de ADN/ARN natural ou recombinante, realizado em desacordo com as normas previstas na lei (art. 6º, II, da Lei 11.105/2005) ..... | 1221 |
| 9.3 Proibição de Engenharia Genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano (art. 6º, III, da Lei 11.105/2005) .....   | 1222 |
| 9.4 Proibição da clonagem humana (art. 6º, IV, da Lei 11.105/2005) .....  | 1223 |
| 9.5 Proibição da destruição ou descarte no meio ambiente de OGM e seus derivados em desacordo com as normas estabelecidas (art. 6º, V, da Lei 11.105/2005) .....  | 1223 |

|  |      |
|--|------|
| 9.6 Proibição da liberação no meio ambiente de OGM ou seus derivados, no âmbito de atividades de pesquisa, sem a decisão técnica favorável da CTNBio (art. 6º, VI, da Lei 11.105/2005) ..... | 1223 |
| 9.7 Proibição da liberação comercial de OGM ou seus derivados sem o parecer favorável da CTNBio (art. 6º, VI, da Lei 11.105/2005) .....  | 1223 |
| 9.8 Proibição da liberação comercial de OGM e seus derivados sem o licenciamento ambiental, quando este seja necessário (art. 6º, VI, da Lei 11.105/2005) .....                              | 1224 |
| 9.9 Proibição da utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso (art. 6º, VI, da Lei 11.105/2005).....                    | 1224 |
| <b>10. Conselho Nacional de Biossegurança-CNBS</b>   |      |
| 10.1 Competência .....   | 1225 |
| 10.2 Composição .....  | 1225 |
| <b>11. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBio</b> .....   | 1226 |
| 11.1 Competência da CTNBio .....   | 1226 |
| 11.2 Composição da CTNBio .....  | 1233 |
| 11.3 Funcionamento da CTNBio .....   | 1237 |
| 11.4 O Ministério Público Federal e a CTNBio .....   | 1241 |
| <b>12. Ministérios e órgãos competentes no plano federal</b>   |      |
| 12.1 Introdução .....  | 1241 |
| 12.2 Registro de produtos contendo OGM .....   | 1242 |
| 12.3 Competência para emitir autorização para a importação de OGM e seus derivados .....   | 1243 |
| <b>13. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e o princípio da precaução</b> ...   | 1244 |
| <b>14. Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB</b>   |      |
| 14.1 O CQB na Lei 11.105/2005 .....  | 1245 |
| 14.2 O CQB e a CIBio .....   | 1246 |
| 14.3 O conteúdo do requerimento para obtenção do CQB .....   | 1246 |
| 14.4 Dos prazos para a obtenção do CQB .....   | 1248 |
| 14.5 As vistorias e o CQB .....  | 1248 |
| <b>15. Comissão Interna de Biossegurança-CIBio</b>   |      |
| 15.1 Introdução .....  | 1249 |
| 15.2 Composição da CIBio .....   | 1250 |
| 15.3 Competência da CIBio .....  | 1250 |
| 15.4 Dispensa da constituição da CIBio .....   | 1253 |
| <b>16. O técnico principal de cada projeto</b> .....   | 1253 |
| <b>17. Rotulagem nos produtos oriundos da Biotecnologia</b> .....  | 1255 |
| <b>18. Responsabilidade penal na Lei 11.105/2005</b> .....   | 1257 |
| 18.1 Crime da utilização de embrião humano em desacordo com o que dispõe o art. 5º da Lei 11.105/2005: Pena – detenção, de um a três anos, e multa (art. 24) .....                           | 1257 |

|  |      |
|--|------|
| 18.2 Crime da prática de Engenharia Genética em célula germinal humana, zigoto humano ou embrião humano: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa (art. 25) .....   | 1259 |
| 18.3 Crime da realização de clonagem humana: Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa (art. 26) .....  | 1259 |
| 18.4 Liberação ou descarte de OGM no meio ambiente em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa (art. 27) .....   | 1260 |
| 18.5 Crime de utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso: Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa (art. 28) .....  | 1261 |
| 18.6 Crime de produção, armazenamento, transporte, comercialização, importação ou exportação de OGM ou seus derivados sem autorização ou em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização: Pena – reclusão, de um a dois anos, e multa (art. 29) ..... | 1262 |
| 18.7 Crime de comercialização de material biológico .....  | 1262 |
| <b>19. Clonagem humana – Problemas jurídicos</b>   |      |
| 19.1 A dignidade humana .....  | 1263 |
| 19.2 O clone .....   | 1265 |
| 19.3 Discussão jurídica do clone na espécie humana .....   | 1265 |
| <b>20. Responsabilidade penal da pessoa jurídica e OGM</b>   |      |
| 20.1 A presença das pessoas jurídicas na Engenharia Genética .....   | 1268 |
| 20.2 A responsabilidade penal da pessoa jurídica .....   | 1268 |
| <b>21. Responsabilidade civil objetiva e OGM</b> .....   | 1269 |
| <b>22. Financiamento das atividades ligadas a OGM e corresponsabilidade</b> ..   | 1271 |
| <b>23. Ação civil pública e OGM</b> .....  | 1272 |

**TÍTULO XV – ENERGIAS RENOVÁVEIS:  
DIREITO À ILUMINAÇÃO  
E DIREITO À ENERGIA SOLAR**

**CAPÍTULO ÚNICO – ENERGIAS RENOVÁVEIS: DIREITO À ILUMINAÇÃO E DIREITO À ENERGIA SOLAR**

|   |      |
|---|------|
| <b>1. Conceito de energia solar</b> ..... | 1273 |
| 1.1 Energia Solar Fototérmica .....       | 1274 |



|  |      |
|--|------|
| <i>1.2 Energia Solar Fotovoltaica</i> .....  | 1274 |
| <b>2. Insolação e iluminação</b>   |      |
| <i>2.1 Conceito de insolação</i> .....   | 1275 |
| <i>2.2 Conceito de iluminação</i> .....  | 1275 |
| <b>3. A redução significativa da insolação é um dano à qualidade ambiental</b>                                 |      |
| <i>3.1 O direito à energia solar integra o direito de propriedade</i> .....                                    | 1276 |
| <i>3.2 O direito à energia solar integra o direito à sadia qualidade de vida</i> ...                           | 1276 |
| <i>3.3 O Estatuto da Cidade e os usos inconvenientes da propriedade</i> .....                                  | 1276 |
| <i>3.4 O sombreamento ou a limitação da entrada dos raios solares como uma interferência prejudicial</i> ..... | 1277 |
| <i>3.5 A jurisprudência portuguesa</i> .....   | 1277 |
| <b>4. Obrigação de reparar o dano ambiental</b>  |      |
| <i>4.1 Obrigação constitucional de reparar o dano ambiental</i> .....  | 1278 |
| <i>4.2 A responsabilidade de reparar o dano no uso anormal da propriedade</i> ....                             | 1279 |
| <b>5. Natureza jurídica da energia solar</b> .....   | 1280 |
| <b>6. Desnecessidade de licenciamento para a captação de energia solar</b> .....                               | 1280 |
| <b>7. Arquitetura solar e o exercício do direito à luminosidade solar</b> .....                                | 1281 |

## **TÍTULO XVI – DESASTRES E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS**

### **CAPÍTULO ÚNICO – DESASTRES E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS**

|  |      |
|--|------|
| <b>1. As Constituições Brasileiras e os desastres ambientais</b> .....   | 1282 |
| <b>2. Abrangência da Política Nacional de Proteção e de Defesa Civil</b>   |      |
| <i>2.1 Emprego do termo “defesa” e da expressão “defesa civil”</i> .....   | 1283 |
| <i>2.2 Calamidade pública</i> .....  | 1284 |
| <i>2.3 Desastre</i> .....  | 1284 |
| <i>2.4 Emergência ambiental</i> .....  | 1286 |
| <i>2.5 Redução do risco de desastre</i> .....  | 1287 |
| <b>3. Prevenção dos desastres ambientais</b>   |      |
| <i>3.1 A prevenção nas diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e de Defesa Civil</i> .....                                       | 1287 |
| <i>3.2 A prevenção dos desastres, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e a partilha das competências entre os entes federados</i> ..... | 1289 |
| <i>3.3 Prioridade na prevenção diante dos desastres e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil</i> .....                                   | 1291 |
| <i>3.4 Prevenção de desastres e urbanismo</i> .....  | 1293 |
| <i>3.5 Prevenção dos desastres e o princípio da precaução</i> .....  | 1295 |

|           |   |      |
|-----------|---|------|
| 3.6       | <i>Prevenção de desastre, alerta antecipado e monitoramento</i>   | 1296 |
| 3.7       | <i>Prevenção de desastres e bacia hidrográfica</i>  | 1297 |
| 3.8.      | <i>Prevenção de desastres e escolas e hospitais</i>   | 1297 |
| 3.9       | <i>Prevenção de desastres e informação</i>  | 1298 |
| 3.10      | <i>Prevenção de desastres, educação ambiental e conscientização pública</i>                                   | 1299 |
| 3.11      | <i>O plano federal, os planos estaduais e o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil do Município</i> | 1299 |
| <b>4.</b> | <b><i>Resposta e recuperação dos desastres</i></b>  |      |
| 4.1       | <i>A resposta aos desastres: o efetivo socorro da população</i>   | 1300 |
| 4.2       | <i>Obrigações do Município na resposta aos desastres</i>  | 1301 |
| 4.3       | <i>Obrigações de recuperação por parte do Município</i>   | 1303 |
| <b>5.</b> | <b><i>Declaração de estado de emergência e de calamidade pública</i></b>                                      |      |
| 5.1       | <i>Competência para expedir a declaração</i>  | 1304 |
| 5.2       | <i>Apoio do Poder Executivo federal, desastre prevenido e desastre consumado</i>                              | 1304 |
| <b>6.</b> | <b><i>Responsabilidade civil dos Poderes Públicos</i></b>   | 1305 |
| <b>7.</b> | <b><i>Responsabilidade civil e administrativa das pessoas físicas e das empresas</i></b>                      | 1305 |
| <b>8.</b> | <b><i>O Ministério Público, a ação civil pública e os desastres</i></b>                                       |      |
| 8.1       | <i>O Ministério Público e o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil</i>                              | 1306 |
| 8.2       | <i>A ação civil pública e a proteção e defesa civil e os desastres</i>  | 1307 |

## **TÍTULO XVII – ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO**

### **CAPÍTULO ÚNICO – ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO**

|           |   |      |
|-----------|---|------|
| <b>1.</b> | <b><i>Bem de uso comum do povo e patrimônio genético</i></b>  |      |
| 1.1       | <i>Bem de uso comum do povo</i>   | 1308 |
| 1.2       | <i>Patrimônio genético</i>  | 1309 |
| <b>2.</b> | <b><i>A Lei 13.123/2015 e a Convenção sobre Diversidade Biológica</i></b>   | 1310 |
| <b>3.</b> | <b><i>Vedação de acesso ao patrimônio genético: o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético-CCEN e as ações judiciais</i></b>                                     | 1311 |
| <b>4.</b> | <b><i>A biopirataria e suas consequências</i></b>   | 1312 |
| <b>5.</b> | <b><i>O dever constitucional do Poder Público de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e a Convenção sobre Diversidade Biológica</i></b> | 1313 |

|  |      |
|--|------|
| <b>6. Natureza coletiva dos conhecimentos tradicionais</b> .....   | 1314 |
| <b>7. Das populações indígenas, das comunidades tradicionais e dos agricultores tradicionais</b>   |      |
| 7.1 Conceituação .....   | 1315 |
| 7.2 Conhecimento tradicional.....  | 1317 |
| <b>8. O direito de propriedade do patrimônio genético</b>  |      |
| 8.1 O direito de propriedade do patrimônio genético, a Constituição Federal e a Lei 13.123.....  | 1318 |
| 8.2 Direitos das populações indígenas, das comunidades tradicionais e dos agricultores tradicionais em relação ao conhecimento tradicional associado ..... | 1319 |
| <b>9. Consentimento prévio informado</b>   |      |
| 9.1 Conceito .....   | 1321 |
| 9.2 Formas do procedimento e possibilidade de pagamento pela informação ...  | 1322 |
| <b>10. Do acesso ao patrimônio genético</b>  |      |
| 10.1 Conceituação de acesso ao patrimônio genético e possibilidade da comercialização do acesso. ....  | 1322 |
| 10.2 Cadastramento do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional .....   | 1324 |
| 10.3 Autorização prévia ao acesso do patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional.....   | 1324 |
| 10.4 Direito à informação contida no banco de dados.....   | 1327 |
| <b>11. Da repartição de benefícios</b>   |      |
| 11.1 Introdução .....  | 1328 |
| 11.2 A repartição dos benefícios, o art. 17 da Lei 13.123/2015 e a ausência de efetivação “da justiça e da equidade” .....                                 | 1330 |
| 11.3 A repartição de benefícios para atividades agrícolas na comercialização de material reprodutivo .....   | 1332 |
| 11.4 A repartição de benefícios na modalidade monetária e não monetária e o duvidoso direito de opção do usuário .....                                     | 1333 |
| 11.5 Dois sistemas de repartição de benefícios: oriundo de acesso ao patrimônio genético e oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado .....   | 1334 |
| 11.6 Cláusulas do acordo de repartição de benefícios .....   | 1336 |
| <b>12. Do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios e do Programa Nacional de Repartição de Benefícios</b>  |      |
| 12.1 Introdução .....  | 1336 |
| 12.2 As Rendas do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios-FNRB e a liberdade contratual dos provedores .....  | 1337 |

**TÍTULO XVIII – OS ÍNDIOS  
E O DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO E INTERNACIONAL**

|   |      |
|---|------|
| <i>Introdução</i> .....   | 1139 |
| <b>I – DIREITOS INDIVIDUAIS E SOCIAIS DOS ÍNDIOS</b>  |      |
| 1. <i>Reconhecimento de direitos e de situações</i> .....   | 1140 |
| 2. <i>Identidade indígena</i> .....   | 1340 |
| 3. <i>Organização social dos índios</i> .....   | 1341 |
| 4. <i>Costumes dos índios</i> .....   | 1342 |
| 5. <i>Os índios e as terras indígenas: plena integração no território brasileiro</i> .....                        | 1343 |
| 6. <i>Dever da União de proteger as terras indígenas e a cultura indígena</i> .....                               | 1344 |
| 7. <i>Dever da União de demarcar as terras indígenas</i> .....  | 1344 |
| <b>II – AS TERRAS INDÍGENAS E SEU USO</b>   |      |
| 1. <i>A extensão do usufruto dos índios</i> .....   | 1346 |
| 2. <i>O usufruto dos índios, a intervenção do Poder Público e o dever de consulta aos índios</i> .....            | 1347 |
| <b>III – OS DIREITOS DOS ÍNDIOS E O MEIO AMBIENTE</b>   |      |
| 1. <i>Julgamentos do STF – “Caso Raposa Serra do Sol”</i>   |      |
| 1.1 <i>Julgamento pelo STF da Pet 3.388-RR, Plenário, rel. Min. Carlos Britto, item 15, 19.3.2009</i> .....       | 1348 |
| 1.2 <i>Julgamento pelo STF dos ED na Pet 3.388-RR, Plenário, rel. Min. Luís Roberto Barroso, 23.10.2013</i> ..... | 1349 |
| 2. <i>A doutrina e a obrigação de os índios respeitarem a legislação ambiental</i> .....                          | 1350 |
| <b>IV – OS ÍNDIOS NA JURISPRUDÊNCIA</b>   |      |
| <b>DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS</b> .....  | 1352 |

**TÍTULO XIX – COMÉRCIO INTERNACIONAL, MERCOSUL  
E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL**

**CAPÍTULO I – COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE**

|   |      |
|---|------|
| 1. <i>Introdução</i> .....                            | 1356 |
| 2. <i>O comércio internacional e o GATT/OMC</i> ..... | 1357 |

**CAPÍTULO II – MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL**

|  |      |
|--|------|
| 1. <i>Das finalidades do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL</i> ..... | 1359 |
|--|------|

|  |      |
|--|------|
| <b>2. Responsabilidade ambiental dos Estados e soberania</b> .....                               | 1360 |
| <b>3. As Constituições nacionais dos Estados-Partes e o meio ambiente</b> ....                   | 1362 |
| <b>4. O Federalismo e o MERCOSUL</b> .....   | 1362 |
| <b>5. Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL</b> .....                                    | 1365 |
| 5.1 Os princípios no Acordo ambiental .....  | 1365 |
| 5.2 A cooperação no Acordo ambiental: sociedade civil e governos .....                           | 1366 |
| 5.3 Áreas temáticas .....  | 1367 |
| <b>6. O meio ambiente nos acordos bilaterais entre os membros do MERCOSUL</b> ...                | 1367 |
| <b>7. Procedimentos administrativos de prevenção do dano ambiental nacional transfronteiriço</b> |      |
| 7.1 Estudo de Impacto Ambiental .....  | 1369 |
| 7.2 Monitoramento ambiental .....  | 1370 |
| 7.3 Avaliação e institucionalização do controle ambiental contínuo .....                         | 1370 |
| <b>8. Aplicação interna das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL</b> .....                     | 1372 |
| <b>9. Solução de controvérsias e acesso à Justiça no MERCOSUL</b>                                |      |
| 9.1 Solução de controvérsias .....   | 1374 |
| 9.2 Acesso ao Poder Judiciário no MERCOSUL .....   | 1377 |
| <b>10. Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema da Comunidade Europeia-CE</b> .....   | 1378 |
| 10.1 As diferentes normas jurídicas da CE .....  | 1379 |
| 10.2 O conteúdo das normas: “nível de proteção elevado” .....                                    | 1380 |
| 10.3 Os Estados-membros podem ter normas mais severas que as da CE? .....                        | 1380 |
| <b>11. Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema do NAFTA</b> .....                    | 1381 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....  | 1383 |
| <b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....   | 1417 |